

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS PESCAS

DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÓMICO DA PESCA INDUSTRIAL EM CABO VERDE

FICHA TÉCNICA:

TÍTULO: DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÓMICO DA PESCA INDUSTRIAL EM CABO VERDE

ELABORADO POR:

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS PESCAS - INDP

EQUIPA TÉCNICA:

GRACIANO NASCIMENTO - *SOCIÓLOGO*

EDERIO OLIVEIRA ALMADA- *MESTRE EM CIÊNCIAS PESQUEIRAS*

MARIA AUXILIA CORREIA - *ECONOMISTA*

PÉRICLES MARTINS – *TECNOLOGISTA DE PESCA*

OSVALDINA SOUSA – *ECONOMISTA*

IVONE LOPES – *TECNÓLOGA DE PESCADO*

REVISÃO, PAGINAÇÃO, E EDIÇÃO:

JORGE NASCIMENTO - *DOCUMENTALISTA*

LISTA DE ABREVIATURAS

| | |
|---------------------|---|
| BAD | <i>Banco Africano de Desenvolvimento</i> |
| BCA | <i>Banco Comercial do Atlântico</i> |
| BCV | <i>Banco de Cabo Verde</i> |
| CECV | <i>Caixa Económica de Cabo Verde</i> |
| CITI HABITAT | <i>Centro de Investigação de Tecnologias Intermédias para o Habitat</i> |
| DEPA | <i>Departamento de Pesca Artesanal do Gabinete Fogo - Brava</i> |
| DGP | <i>Direcção Geral das Pescas</i> |
| ECV | <i>Escudo (moeda de Cabo Verde)</i> |
| FAO | <i>Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura</i> |
| FDP | <i>Fundo de Desenvolvimento das Pescas</i> |
| FIDA | <i>Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola</i> |
| FOPESCA | <i>Fomento da Pesca Artesanal em Fogo e Brava (cooperação Alemã)</i> |
| GEP/ MTTM | <i>Gabinete de Estudos e Planeamento do MTTM</i> |
| GTZ | <i>Agencia Alemão de Cooperação Internacional</i> |
| GTI | <i>Gabinete Inter-Municipal</i> |
| IDEPE | <i>Instituto de Promoção do Desenvolvimento da Pesca artesanal</i> |
| INDP | <i>Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas</i> |
| INE | <i>Instituto Nacional de Estatística</i> |
| INIP | <i>Instituto Nacional de Investigação das Pescas</i> |

| | |
|-----------------|---|
| JICA | <i>Agência Japonesa de Cooperação Internacional</i> |
| MORABI | <i>Associação de Apoio à Auto – Promoção da Mulher no desenvolvimento</i> |
| MPAAR | <i>Ministério das Pescas Agricultura e Animação Rural</i> |
| MMAR | <i>Ministério do Mar</i> |
| MTTM | <i>Ministério do Turismo, Transportes e Mar</i> |
| OMCV | <i>Organização das Mulheres de Cabo Verde</i> |
| PADESA | <i>Projecto de Apoio ao Desenvolvimento de Santo Antão (cooperação holandesa)</i> |
| PAPASA | <i>Projecto de Apoio à Pesca Artesanal em Santo Antão (cooperação holandesa)</i> |
| PEAP | <i>Projecto Especial de Apoio à Pesca</i> |
| PNUD | <i>Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento</i> |
| SUD/ UIL | <i>União de Sindicatos do Trabalho / Sul (ONG Italiana)</i> |
| ZEE | <i>Zona Económica Exclusiva</i> |

CAPÍTULO I

I - DIAGNÓSTICO DO SECTOR DA PESCA INDUSTRIAL EM CABO VERDE

1 – PREÂMBULO

A escassez de recursos naturais e a natureza arquipelágica das ilhas de Cabo Verde em geral cedo determinaram e impuseram uma estratégia orientadora de desenvolvimento, baseada na exploração dos recursos haliêuticos vivos, como forma de garantir a ocupação, o sustento e a sobrevivência de milhares de famílias dispersas comunidades destas ilhas. Assim, estabeleceram-se os princípios e os caminhos para a consecução destes objectivos fundamentais da condição humana, sempre no intuito de se disponibilizar os meios técnicos e materiais para o exercício da actividade pesqueira.

Os esforços para o desenvolvimento da pesca em Cabo Verde tiveram o seu início efectivo após a independência, com a elaboração de planos concretos de desenvolvimento nacional onde a pesca foi ocupando lugar de destaque. Tais planos foram-se melhorando e adequando até a presente data, hoje, com objectivos e orientações filosóficas diferentes. Ao longo dos vinte e cinco anos que sucederam àquele evento histórico, foram efectuados avultados investimentos, com financiamentos provenientes das mais variadas fontes, para potencializar o desenvolvimento da pesca em Cabo Verde.

A insuficiência de recursos financeiros internos próprios determinou com que se recorresse aos apoios da cooperação internacional através de donativos e empréstimos, em condições extremamente aliciantes. Como consequência desta necessidade, surgiram vários projectos de desenvolvimento da pesca de natureza diversa, mas todos eles orientados para a criação de condições para a prática da pesca, procurando, em consequência, maximizar os resultados globais da pesca como uma actividade produtiva primária de importância sócio-económica relevante.

Com este diagnóstico pretende-se perspectivar o desenvolvimento sustentado da pesca industrial, através do conhecimento das potencialidades, suas fraquezas, e os constrangimentos que impedem o seu desenvolvimento.

A eficiência e a eficácia dos investimentos na tabela do desenvolvimento de pesca industrial em Cabo Verde, é de difícil aferição, isto devido à vertente social que acaba sempre por sobrepor aos mais elementares princípios de racionalidade económica e financeira. Contudo, com este diagnóstico do sector da pesca industrial nos últimos quinze anos procura-se, através de um exercício prático, com rigor técnico e científico, medir os resultados dos investimentos efectuados em prol do desenvolvimento na pesca durante esse período, em termos de mudanças socio-económicas da situação das famílias dos operadores do sector, em geral, em particular, dos armadores e dos pescadores.

2 - ENQUADRAMENTO DO DIAGNÓSTICO

O sector das pescas é considerado estratégico no processo de desenvolvimento sócio - económico do país, fundamentalmente pelas suas potencialidades na criação de milhares de empregos directos e indirectos e na geração de divisas através da exportação do pescado com algum valor comercial. Esses dois objectivos deverão constituir, no Tabela da actual política de desenvolvimento uma das pedras angulares de desenvolvimento económico e social de Cabo Verde. De entre outros factores, considera-se que a melhoria da competitividade no sector das pescas, em que a infraestruturização e adopção de meios materiais e humanos constituem uma condicionante de relevo a ultrapassar, arrastando consigo o alargamento da base produtiva, quer esta esteja virada para o abastecimento do mercado interno, quer para a exportação.

Nos últimos 10 anos são notórios os esforços de investimentos que directamente beneficiam o sector Industrial, como construção de infra-estruturas portuárias de apoio à pesca, o aumento da frota pesqueira e a introdução de novas artes de pesca. Além disso, surgiram algumas empresas privadas nacionais, ou de nacionais associados a estrangeiros cuja actividade se relaciona com a captura, a transformação e a comercialização.

Entretanto, não obstante os vários investimentos feitos, terem trazido algumas melhorias, os progressos carecem ainda de sustentabilidade e de garantia da sua perenidade, pois, vários são ainda os problemas enfrentados que carecem urgentemente de soluções duráveis, principalmente em relação a comercialização do pescado originado pelo embargo imposto pela União Europeia, valorização dos produtos, segurança no mar, concessão do crédito, etc.

A renovação da frota industrial que já esta em curso, com a construção de nove novas embarcações de 26 m, a implementação dum verdadeiro e eficaz sistema nacional de controlo da qualidade, e consequente valorização dos produtos da pesca, a implementação dum sistema de credito real direccionada à pesca industrial, a elaboração do plano de formação profissional, contribuem grandemente para o alargamento das bases produtivas deste sector e consequentemente para a optimização da produção e das exportações, tornando-o assim mais atractivo e competitivo.

Só com medidas de política económica de desenvolvimento, que conduzam ao alargamento da base produtiva do sector, otimizando significativamente a produção, a competitividade e a exportação do pescado, se poderá atingir, dum modo geral, uma estabilidade macroeconómica duradoira. Com uma pesca Industrial competitiva e atractiva, o investimento externo poderá aumentar, contribuindo assim para a sustentabilidade macroeconómico no sector das pescas. Tudo isto impõe, com prioridade, implementar estratégias e medidas que possam traduzir-se, numa optimização significativa da produção, da produtividade e particularmente das exportações.

Os desafios que se colocam têm a ver com a necessidade de remover, tão rapidamente quanto possível, os obstáculos ainda existentes para que o sector pesca industrial possa cumprir o papel que lhe está reservado no processo de desenvolvimento do país.

Com o objectivo de perspectivar o desenvolvimento sustentado da pesca industrial, propôs-se fazer um diagnóstico do sector da pesca industrial, por forma a conhecer o *'status quo'* desse sector, as suas fraquezas, os constrangimentos que impedem o seu desenvolvimento, e após uma análise integrada destas variantes, estabelecer projectos de iniciativa privada, que visam o desenvolvimento e o aumento da produtividade e competitividade do sector na região, tendo sempre em conta a capacidade de pesca e disponibilidade dos recursos.

3 - INTRODUÇÃO

O arquipélago de Cabo Verde fica situado entre 14° 50 - 17° 20 de latitude Norte e, entre 22° 40 - 25° 30 de longitude Oeste, aproximadamente 600 Km da costa ocidental africana, 1 350 milhas marítimas a leste do Brasil e a 2 750 milhas a SW da Grã Bretanha.

Constituída por dez ilhas e cinco ilhéus, todas de origem vulcânica, o arquipélago é, de acordo com a natureza dos ventos alísios dominantes, dividido em dois grupos:

- Ilhas de Barlavento compreendendo: Santo Antão, S. Vivente S. Nicolau, Santa Luzia, Sal e Boavista.
- Ilhas de Sotavento compreendendo: Maio, Santiago, Fogo e Brava.

A superfície total da sua ZEE (Zona Económica Exclusiva) é de 734,265 Km² (Bravo de Laguna, 1985).

Mapa do Arquipélago de Cabo Verde



Figura1 Fonte: Internet

4 - CARACTERIZAÇÃO OCEANOGRÁFICA DO ARQUIPÉLAGO

As ilhas que compõem o arquipélago de Cabo Verde, situam-se numa faixa de climas áridos e semiáridos, em plena zona saheliana, no domínio dos ventos alísios de Nordeste entre as altas pressões subtropicais do Atlântico e as baixas pressões equatoriais da Frente Inter-Tropical.

O clima é tropical seco, caracterizado por uma estação seca e fria de Dezembro a Março, uma estação de transição de Abril à Maio e uma estação quente e húmida de Julho à Novembro. A temperatura média do ar varia entre os 22°C e 27°C nas estações fria e quente respectivamente.

O arquipélago encontra-se localizado numa região sob forte influência da circulação oceânica de larga escala. As ilhas situam-se no bordo sul do Giro Subtropical do Atlântico Norte e no limite norte da contracorrente Equatorial. Estes sistemas oceânicos variam sazonalmente afectando a circulação na camada superficial até cerca de 200 metros de profundidade, podendo-se estabelecer na zona Cabo Verde, em algumas épocas, a fronteira entre estes dois sistemas de circulação (Strammer e Siedler, 1988).

A distribuição das temperaturas oceânicas caracteriza-se, fundamentalmente, por uma quase ausência de camada homogénea superficial e uma forte estratificação térmica dos primeiros 100 metros de profundidade. A camada de mistura varia entre 25 e 40 metros, apresentando temperaturas próximas de 25 ° C e uma salinidade entre 36.2‰ e 36.4‰. Por baixo dessa camada homogénea encontra-se uma termoclina com um gradiente térmico da ordem de 0,1 ° C com cerca de 100 m de espessura, na base da qual a temperatura assume valores entre 15 e 16 ° C e uma salinidade entre 35.5‰ e 36.6‰. Os valores de temperatura encontrados a 500 aproximam dos 10 ° C, descendo para cerca de 6 ° C a 1000 m de profundidade (IPIMAR e INDP, 1997).

As zonas de plataforma nas ilhas orientais (Sal, Boavista e Maio) são as que apresentam maiores índices de produtividade biológica (IPIMAR e INDP, 1997), com uma diversidade e abundância relativamente significativa de zooplâncton, essencialmente ovos e larvas de peixes e de crustáceos.

5. DEMOGRAFIA

5.1. Crescimento Populacional

A população mundial tem vindo a crescer exponencialmente, resultando em consequências drásticas, nomeadamente a fome e o agravamento da pobreza crónica de milhões de pessoas espalhadas pelos países mais pobres do globo.

Em Cabo Verde a população também tem vindo a aumentar a um ritmo considerável. As taxas de crescimento da população que nas décadas de 80 e 90 eram de 1.7% e 1.6% respectivamente, atingiram em 1998 valores equivalentes a 2.7%, pesando embora uma taxa de mortalidade infantil de 0.48%. Actualmente, e de acordo com os resultados do último senso, estima-se uma taxa de crescimento médio anual de 2.6%, resultante de uma elevada fecundidade, cerca de quatro crianças por mulher¹, uma reduzida taxa de mortalidade e uma emigração que tende a diminuir de forma significativa.

Da análise destes números pode-se perfeitamente confirmar o crescimento acelerado da população de Cabo Verde com relevância para uma percentagem superior do sexo feminino na ordem dos 8%. De uma forma geral e a nível nacional, a população tem vindo a aumentar consideravelmente ano após ano, não obstante as diminuições substanciais das taxas de crescimento natural. Isto deve-se em parte, à diminuição da taxa da mortalidade infantil.

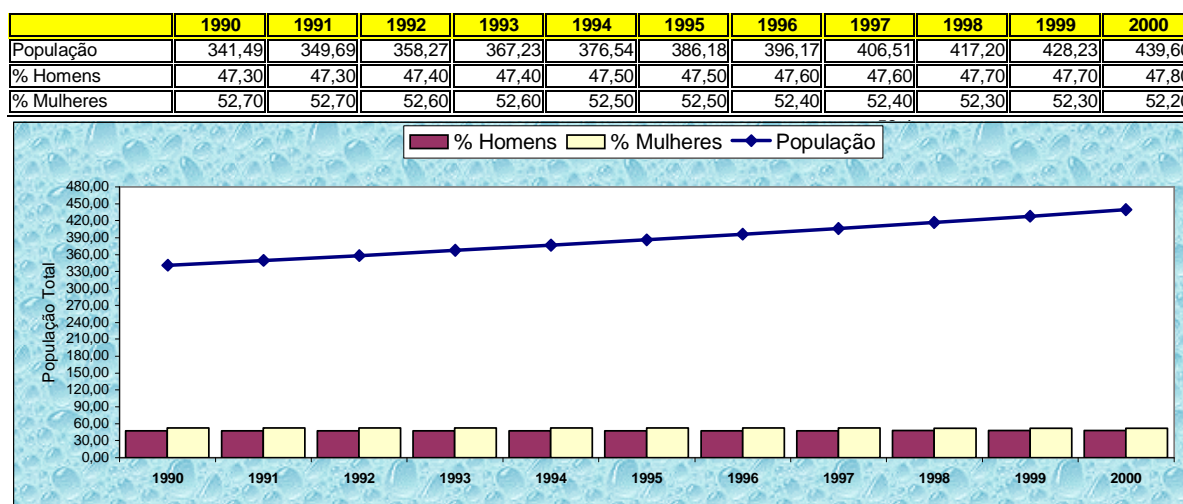


Gráfico n.º1 - Crescimento da População

¹ Inquérito sobre a saúde reprodutiva

Por outro lado, as projecções de crescimento natural efectuadas, com base numa taxa média de crescimento natural de 1.2% na década 2.000 – 2010 apontam para um aumento da população na ordem dos 12,6%, o que representa um valor nominal de 56.000 habitantes.

De salientar que prevê-se para o ano 2010 uma taxa de mortalidade infantil equivalente a 0.28%.

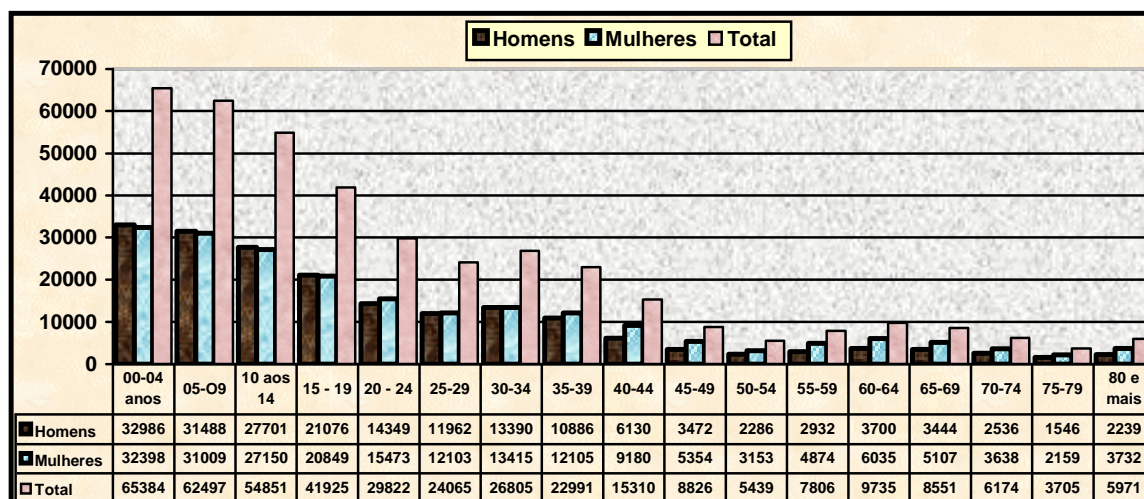


Gráfico nº 2 - Crescimento da População

5.2 Educação

A instrução da população foi desde muito cedo reconhecida como uma das vias de ascensão económica e social e o analfabetismo, correctamente visto, como um dos factores fundamentais e determinantes da pobreza. Nesta óptica, o processo de instrução teve como estratégia, abranger cada vez maior número de pessoas nas idades pré-escolares e escolares, como também os adultos através de programa específicos de alfabetização.

Cabo verde tem uma elevada cobertura escolar com uma taxa bruta de escolarização de 67% para mulheres e 82% para homens, em 2000.

No que concerne aos níveis de educação, a situação do país, actualmente, encontra-se expressa na tabela que se segue.

Tabela nº 1 - Evolução do número de alunos por níveis de ensino

| Nível de Ensino | 2000 |
|---------------------|------|
| Básico | 55.6 |
| Secundário/Liceal | 18.6 |
| Secundário/ Técnico | 0.5 |
| Inst. Superior | 1.1 |

O aumento progressivo do número de alunos a todos os níveis de ensino e ao longo dos anos está directamente relacionado com o crescimento da população e com a sua consequente estrutura etária.

A nível de alfabetização esforços tem sido envidado a vários níveis com o intuito de aumentar o nível de alfabetização de adultos através de programas nacionais de alfabetização que segundo os dados disponíveis foram de grande sucesso. Aliás, a taxa de alfabetização tem aumentado consideravelmente de ano para ano. De 1990 a 1995 foram alfabetizados cerca de 20.507 adultos o que corresponde a 5,3% da população total do País no ano de 1995 (ver a tabela seguinte. Comparando com os dados de 1998, esse número de adultos alfabetizados corresponde a 13,6% da população total de Cabo Verde na faixa etária entre os 20 e 64 anos.

Tabela nº 2 - Evolução histórica do nível de educação dos adultos

| Alfabetização | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 |
|------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Educação Adultos | 8.004 | 5.844 | 1.977 | 1.267 | 1.509 | 1.906 |

Fonte: Estudo Impacto dos Projectos de Pesca Artesanal de 1989-1999

O orçamento para o sector da educação no ano de 1998 foi equivalente a 17,71% do orçamento do estado, o que representa uma variação positiva de 4,71% em relação ao ano de 1980.

5.3 Emprego

De acordo com o Censo de 2000, a população potencialmente activa (% da força de trabalho) de Cabo Verde, no ano de 2000 era de 144.310 mil, o que representava cerca de aproximadamente, 33% da população total distribuídos, pelos seguintes ramos de actividade:

- Sector primário 23.9%;
- Sector secundário 19%;
- Sector terciário 57.1%.

A taxa de crescimento, foi de 28,3 no período 89- 90 e 12,9 de 1990 a 1995. Em relação a empregos criados, foram criados cerca de 63.826 postos de trabalho, entre 1990 e 1996.

Tabela nº 3 - *Evolução da população activa, em Cabo Verde em relação a população total em 89, 90 e 95*

| Ano | 1989 | 1990 | 1995 |
|--|---------|---------|---------|
| População total | 336.610 | 341.491 | 386.184 |
| População activa | 95.186 | 122.100 | 137.958 |
| % da população activa em relação à população total | 28,3 | 35 | 35,7 |

Fonte: Programa nacional de luta contra a pobreza, Direcção Geral de Estatística, Relatório sobre população e desenvolvimento

Tem-se assistido a uma evolução estrutural da população activa, e isto retracta em parte o esforço de investimento (principalmente na formação superior dos Tabelas) no sector terciário em detrimento dos sectores secundários e primários.

De realçar porém que não obstante, a diversas estratégias de desenvolvimento, o desemprego estrutural continua a ser um dado fundamental da economia cabo-verdiana.

As taxas de desemprego continuam a crescer significativamente, atingindo maioritariamente os jovens e as mulheres. Em 1980 a taxa de desemprego foi de 21% (14% para os homens e 31% para as mulheres), no ano 90 esta taxa atingiu os 25,4 %. Segundo o Censo de 2000, as taxas de desemprego rondava os 17,4%.

Tabela nº 4 - Evolução do desemprego por ilhas (%)

| ILHAS | 1990 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1998 |
|------------|------|------|------|------|------|------|
| S. ANTÃO | 28,1 | N.D | 31,9 | | | |
| S. VICENTE | 35,2 | 33,4 | 28,9 | 40,7 | 28,4 | 23,1 |
| SAL | 21,6 | N.D | 26,3 | 21,7 | 17,5 | 18,9 |
| BOA VISTA | 30,2 | N.D | 26,6 | N.D | N.D | N.D |
| MAIO | 24,5 | N.D | 40,0 | N.D | N.D | N.D |
| SANTIAGO | 20,0 | 25,4 | 29 | 23,2 | 23,4 | 22,5 |
| FOGO | 34,2 | N.D | 36,8 | 37,2 | 40,3 | 35,2 |
| BRAVA | 39,7 | N.D | 29,8 | | N.D | N.D |
| NACIONAL | 25,4 | N.D | | | | |

Fonte: Estudo de Impacto dos Projectos de Pesca Artesanal de 1989-1999

Segundo algumas projecções feitas, a tendência é para um aumento muito expressivo do desemprego em Cabo Verde, resultantes do elevado ritmo de crescimento demográfico e da redução significativa da emigração externa.

Neste sentido, uma política de emprego intimamente ligada a uma ampla estratégia de formação profissional, poderá constituir uma das principais formas de intervenção.

A taxa de desemprego que em 2000 era de 17,4%, atingia principalmente a camada jovem e feminina.

5.4 Saúde

O estado da saúde em Cabo Verde tem vindo a evoluir, progressivamente, de ano para ano. Foram criados estabelecimentos e infra-estruturas de saúde em todas as ilhas e concelhos do País e o número de médicos e técnicos de saúde tem também vindo a aumentar graças a uma especial atenção concedida à vertente formação para a saúde.

Considera-se a taxa de mortalidade infantil um indicador importante do nível de qualidade de vida das populações e os dados seguintes apontam para uma redução considerável da mesma.

Tabela nº 5 - Taxa de mortalidade infantil (por mil)

| | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 |
|--------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Óbitos | 437 | 738 | 745 | 636 | 651 | 516 | 611 | 442 | 420 |
| Taxa | 35,5 | 53,7 | 52,1 | 44,6 | 45,1 | 35,5 | 42 | 30,6 | 29,1 |

Fonte: Estudo de Impacto dos Projectos de Pesca Artesanal de 1989-1999

Como se pode verificar, a taxa da mortalidade infantil reduziu-se para níveis razoáveis no ano de 1999. As maiores taxas de mortalidade infantil se registaram nos anos de 1992 e 1993. Nos anos subsequentes essa taxa tem diminuído a um ritmo bastante satisfatório.

A tabela seguinte demonstra também os esforços efectuados na formação de médicos e na criação de infra-estruturas, por forma a acompanhar as necessidades resultantes do crescimento da população.

Tabela nº 6 - Evolução de alguns indicadores de Saúde (1990 – 1999)

| | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 |
|-------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Médicos/Habitante | 2118 | N/d | n/d | n/d | 3629 | 2770 | 2627 | 2675 | 2526 | n/d |
| Camas/Habitantes | 593 | N/d | n/d | 537 | 501 | 466 | n/d | 513 | n/d | 569 |

Fonte: Estudo de Impacto dos Projectos de Pesca Artesanal de 1989-1999

Nota-se que o número de médicos e camas por habitante tem vindo a aumentar, não obstante o crescimento populacional como se verifica na tabela nº6.

A nível nacional, e durante o ano 2000, a cobertura nacional em termos de rede de instituições de saúde está representada na tabela em baixo. Como se pode constatar, em todos os concelhos do País foram construídos estabelecimentos de saúde.

Tabela nº 7 - Cobertura nacional em termos de rede de Instituições de saúde

| | H. C. | H. R. | C. S. | C. PMI | P.S. | U.S.B. |
|----------------|-------|-------|-------|--------|------|--------|
| Ribeira Grande | 0 | 1 | 0 | 1 | 3 | 8 |
| Paul | 0 | 0 | 1 | 0 | 2 | 3 |
| P. Novo | 0 | 0 | 1 | 0 | 3 | 7 |
| S. Vicente | 1 | 0 | 2 | 1 | 1 | 3 |
| S. Nicolau | 0 | 0 | 2 | 0 | 2 | 9 |
| Sal | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 2 |
| Boavista | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 4 |
| Maio | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 5 |
| Calheta | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 4 |
| Tarrafal | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 6 |
| S. Catarina | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 9 |
| S. Cruz | 0 | 0 | 1 | 0 | 2 | 9 |
| Praia | 1 | 0 | 3 | 1 | 1 | 8 |
| S. Domingos | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 5 |
| Mosteiros | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 4 |
| S. Filipe | 0 | 1 | 0 | 1 | 2 | 4 |
| Brava | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 3 |
| TOTAL | 2 | 3 | 19 | 5 | 21 | 93 |

Fonte: Estudo de Impacto dos Projectos de Pesca Artesanal de 1989-1999

Actualmente, em todas os concelhos do País se encontram instituições de saúde designadamente, Hospitais Centrais (H.C.), Hospitais Regionais (H.R.), Centros de Saúde (C.S.), Centros de Protecção Materno-Infantil (C. PMI), Postos de Saúde (P.S.) e Unidades de Saúde de Base (U.S.B.).

O número total de instituições de saúde à nível nacional, eleva-se a 143. Os concelhos com maior número de instituições de saúde são os da Praia, S. Catarina e S. Nicolau enquanto que os com menor cobertura são os do Sal, Calheta, Mosteiros e Brava.

A percentagem do orçamento do estado destinado à saúde foi em 1998 equivalente a 9,80%.

6 - OBJECTIVOS

Trata-se de um trabalho que exige uma compreensão abrangente da pesca nas suas diferentes vertentes e, nomeadamente, a ambiental. Com a elaboração deste diagnóstico pretende-se alcançar os seguintes objectivos:

- Aprofundar os conhecimentos sobre a realidade económica, social e ambiental da pesca industrial em Cabo Verde;
- Quantificar a procura dos produtos da pesca e determinar em que medida e em que grau poderá a oferta responder a essa procura, bem como às expectativas do seu crescimento.
- Identificar os principais problemas que limitam a capacidade do sector, nomeadamente, nos domínios tecnológico, do crédito, da organização da produção, conservação, transportes e comercialização.
- Explicitar, ainda, a evolução recente do sector (últimos quinze anos), as principais mudanças nele ocorridas e as tendências.
- Identicamente, devem ser diagnosticados os constrangimentos, as potencialidades e as oportunidades do sector, designadamente quanto aos mercados externos.

7 - METODOLOGIA

O sucesso de um estudo desta natureza depende em grande medida, da metodologia escolhida e a ser seguida. A escolha de metodologias com estratégias múltiplas de pesquisa, tornou-se imprescindível para se poder conseguir resultados válidos, fiáveis e de qualidade.

Assim, por forma a se conseguir resultados que garantam uma boa performance, o consultor definiu uma estrutura de pesquisa que se traduz nas seguintes fases:

Fase I – Análise prévia;

Fase II – Fase exploratória;

Fase III – Trabalho de terreno;

Fase IV – Tratamento e análise de dados;

Fase V – Elaboração dos relatórios;

Fase VI – Apresentação e validação do estudo

I. **Análise prévia.** Consistiu-se de uma primeira análise profunda dos termos de referência do estudo para posterior concepção de uma estratégia de recolha e análise de informação. A partir desta análise foram identificadas as áreas chave, a partir das quais o diagnóstico se irá concentrar.

II. **Fase exploratória** consiste nas seguintes etapas:

- ✓ **Recolha documental** – recolheu-se em todos os documentos, informações existentes relacionados com a actividade da pesca nas referidas ilhas, nomeadamente, sobre a produção, infraestruturização, comercialização (mercado interno e externo, concorrência, potencialidades, preços), concessão de créditos, pesca desportiva e referida legislação, entre outros;

III. **Fase de trabalho de terreno consiste nas seguintes etapas:**

- ✓ **Observação directa e indirecta** – recolheram-se dados que não se encontravam disponíveis nos documentos e para tal foi utilizando os seguintes instrumentos:
- ✓ **Inquéritos** (aos operadores da pesca)
- ✓ **Entrevistas aprofundadas** aos operadores do sector industrial;
- ✓ **Entrevistas livres** às entidades particulares ligadas ao sector;
- ✓ **Observação participativa** – deslocações ao terreno, visita às infra-estruturas, conserveiras, com apreensão de aspectos relevantes;

✓ **Outros.**

IV. **Fase de tratamento e análise de dados e elaboração do relatório**

consistiu-se nas seguintes fases:

- ✓ Compilação de todos os dados existentes;
- ✓ Tratamento da informação;
- ✓ Análise dos conteúdos (entrevistas e observações)
- ✓ Revisão de dados;
- ✓ Comparação dos dados recolhidos e observados;
- ✓ Interpretação dos resultados numa perspectiva económica, social e ambiental;
- ✓ Redacção e conclusão do documento final.

CAPÍTULO II

II - OS RECURSOS HALIÊUTICOS

Os recursos haliêuticos de Cabo Verde são recursos naturais vivos que se encontram na ZEE de Cabo Verde e que se confinam a redor de todas as ilhas, embora, a sua maior concentração se regista nas maiores plataformas que são as das ilhas de Boavista, Maio, Sal, S. Vicente e São Nicolau.

O potencial de recursos haliêuticos do país está representado pelos grandes pelágicos oceânicos, pelos pelágicos costeiros, pelos demersais e lagostas. As biomassas dessas espécies são pouco importantes. Ainda em menor quantidade aparecem algumas espécies de moluscos, corais, cefalópodes, tubarões e tartarugas marinhas. Bem que sem referências documentais, é do conhecimento geral o significativo consumo de moluscos, nomeadamente, de búzios e lapas, a nível de restaurantes e bares.

Estes recursos são explorados pela frota artesanal, constituída por botes de tamanhos diversos, motorizados ou não, e pela frota industrial, com embarcações de maior porte e motor interior.

A tabela a seguir fornece a estimação do potencial de recursos haliêuticos que se situa entre 32.590 e 41.615 toneladas.

Tabela nº 8 - *Potencial haliêutico e disponibilidades por grupos de espécies*

| Recursos*** | Potencial * (ton.) | Captura Média (90-2001) | Disponibilidade |
|---------------------|------------------------|----------------------------|------------------------|
| Tunideos+Serra | 25 000 – 30 000 | 3 430** | 21 570 – 26 570 |
| Pelágicos costeiros | 2 500 – 6 500 | 3 100 | 1 400 – 3 400 |
| Demersais | 3 000 – 5 000 | 950 | 2 050 – 4 050 |
| Lagosta rosa | 50 – 75 | | |
| Lagosta verde | 40 | | |
| Total ZEE | 32 590 – 41 615 | 7 539 | 25 051 – 34 077 |

* **Fonte:** Reunião Nacional de Investigação haliêutica, 1996

** Captura média de 1994-2001 incluindo dados da frota estrangeira

***Para lagosta castanha e de pedra não existem dados sobre o potencial.

Os tunídeos, representados por albacora, gaiado, patudo, merma e judeu constituem os recursos mais importantes. As estimativas feitas ao longo dos anos não diferem significativamente, o que aponta para uma relativa estabilidade deste recurso².

Os pelágicos costeiros são representados principalmente pela cavala e pelo chicharro. Para estes recursos, alterações ligeiras do esforço de pesca não conduzem a mudanças apreciáveis nas biomassas a longo prazo³.

Estudos recentes indicam que nas plataformas de Sal, Maio, Boavista - João Valente, a biomassa de espécies demersais de interesse comercial tem vindo a diminuir.

Para outros recursos, como tubarão, moluscos, corais, cefalópodes não se conhece ainda o verdadeiro potencial.

² Reunião de Investigação Haliêutica, 1999

³ Carvalho e Caramelo, Avaliação do estado da pescaria de cavala preta e do chicharro em Cabo Verde, 1999

CAPÍTULO III

III - ANÁLISE SWOT

Tabela nº 9 - Análise Swot

| FORÇAS | FRAQUEZAS |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade de recursos • Existência de capital humano • Existência de infra-estruturas • Frota em processo de renovação • Existência de capacidades de investigação | <ul style="list-style-type: none"> • Fraco aproveitamento do pessoal qualificado. • Deficiente gestão das infra-estruturas • Fraca organização socioprofissional • Existência de lacunas na legislação • Deficiente gestão do crédito • Sistema de controlo e fiscalização insuficiente • Inexistência de um sistema de segurança social para operadores • Deficiência dos circuitos de comercialização • Falta de segurança marítima e meios de busca e salvamento • Inexistência de um sistema adequado de controlo de qualidade dos produtos • Sistema de informação/documentação deficiente • Obsolescência da indústria de transformação |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ul style="list-style-type: none"> • Acordos de pesca • Acordos preferenciais • Grande procura mundial de pescado • Existência de possibilidades /capacidades de formação • Cooperação internacional e regional • Globalização | <ul style="list-style-type: none"> • Globalização • Indícios de sobre-exploração de algumas espécies • Prática de pesca nociva ao ambiente • Política internacional de redução da capacidade de pesca |

Os recursos haliêuticos vêm sendo explorados abaixo do potencial estimado. Logo, a disponibilidade em recursos representa uma força que abre a possibilidade de não só aumentar a produção como também de a otimizar e, em consequência, o consumo *per capita*, o abastecimento das indústrias de transformação e o nível de emprego no sector.

O Sector da pesca industrial em Cabo Verde detém um vasto corpo de actores, tanto a nível dos serviços centrais como a nível dos operadores, capazes de participar no sistema de desenvolvimento do mesmo.

No entanto, constata-se uma qualificação deficiente dos mesmos e uma falta de organização sócio-profissional. Assim, a promoção da sua organização, a programação de futuras formações e o devido enquadramento, irão rentabilizar as capacidades existentes e permitir alcançar uma maior eficácia e eficiência no desempenho profissional.

Existem boas infra-estruturas portuárias e de apoio à pesca principalmente nas ilhas de S. Vicente, Santiago, Sal e S. Nicolau mas, constata-se que vêm sendo geridas de forma deficiente. Isto faz com que algumas não funcionem em pleno ou que estejam inactivas, o que afecta directamente o abastecimento em matérias-primas às indústrias transformadoras, o abastecimento do mercado local, a qualidade do produto, com as repercussões a nível do emprego, do valor da produção.

A cooperação internacional poderá beneficiar o sector através da assistência técnica, de projectos de desenvolvimento e de investigação, de apoio institucional, de trocas de experiências, de formações.

A fraca organização dos profissionais da pesca dificulta o diálogo entre eventuais representantes destes e os serviços centrais e o processo de descentralização da gestão para os operadores.

Existe um grande esforço de renovação das frotas, o que irá aumentar não só a capacidade de pesca e melhorar as condições de segurança marítima, como também as condições higio-sanitárias. Isso irá permitir a exploração das ZEE's de países com os quais Cabo Verde assinou acordos de pesca, podendo conduzir à diversificação das pescarias e, em consequência, à diminuição da pressão de pesca sobre os stocks, tradicionalmente explorados.

Para além disso a melhoria das condições higio-sanitárias terá incidências directas sobre a qualidade do pescado, o que irá permitir uma melhor penetração nos mercados de exportação e um melhor aproveitamento dos acordos preferenciais (como a Convenção de Lomé p.e.) de que Cabo Verde beneficia.

Existem capacidades de investigação, que necessitam, no entanto de serem complementadas e dotadas de meios materiais e financeiros. Essas capacidades têm um papel importante a desempenhar, em particular no que tange a avaliação dos recursos e no fornecimento de recomendações que irão permitir uma gestão racional e assegurar assim um desenvolvimento sustentado do sector.

O sector confronta-se com problemas advenientes de lacunas da legislação em vigor e que exigem uma adaptação da mesma, às novas exigências internacionais relativas à preservação dos recursos e promoção de medidas de reforço da segurança marítima.

A falta de coordenação eficaz da gestão do crédito e o conseqüente não cumprimento, por parte dos mutuários, tem impedido o desenvolvimento de actividades dependentes deste processo. Existe ainda uma falta de acompanhamento dos investimentos públicos.

A globalização pode representar uma excelente oportunidade para a atracção de investimentos e transferência de tecnologias, mas pode ser também um perigo para os ganhos económicos e sociais que Cabo Verde pode tirar do desenvolvimento do sector. Assim, para maximizar esses ganhos, é necessário que haja um acompanhamento adequado dos investimentos que são feitos, sobretudo no que tange aos níveis de salários, à entrada de divisas, ao pagamento de taxas e impostos. Há ainda que considerar às questões de concorrência desleal que podem ser feita aos nacionais.

IV - RADIOGRAFIA DO SECTOR DA PESCA INDUSTRIAL EM 1985

1 - SITUAÇÃO SOCIO-ECONÓMICO

A década de 1970/80 foi caracterizada por fortes perturbações dos sistemas de comércio, financeiro e monetário internacionais, resultantes do choque petrolífero de 1973, que associado aos períodos de seca prolongados e a explosão demográfica, em certas regiões, trouxeram consequências drásticas à nível socio-económico, principalmente, para os países em desenvolvimento.

Cabo Verde, sendo um país com poucos recursos naturais, precipitações irregulares com uma estrutura ambiental, económica e social bastante frágil e muito dependente do exterior, sofreu os impactos da grave conjuntura económica mundial, não obstante, os esforços empreendidos para o seu desenvolvimento desde a independência.

Nesta altura, o sector das pescas enquanto sector primário de produção e por ostentar um certo dinamismo mereceu um lugar importante no projecto de desenvolvimento económico e social das ilhas.

Uma análise coerente dessa opção de desenvolvimento não poderia ser feita sem uma atenção especial às conjecturas e percepção que se tinha sobre o estado dos recursos haliêuticos em Cabo Verde. Considerava-se uma relativa abundância dos recursos haliêuticos, com uma biomassa estimada em 100.000 toneladas, sendo 35.000 toneladas de espécies demersais e 65.000 toneladas de espécies pelágicas costeiras e um potencial de produção calculado a volta de 11.000 à 13.000 toneladas para as espécies pelágicos costeiros, 7.000 à 9.000 toneladas de espécies demersais, 23.000 toneladas de tunídeos, 1.000 toneladas de recursos em lagostas de profundidade e 800 toneladas em lagostas costeiras, o que globalmente dava um potencial de captura entre 42.800 e 46.800 toneladas. Entretanto, a captura real era de apenas 21% do potencial existente (*in: Encontro Nacional das Pescas, 1985*). Neste contexto, foi preconizado formas de desenvolvimento do sector das pescas com uma forte aposta no sector industrial, através de investimentos públicos, uma vez que as formas de pescas tradicionais se revelaram pouco viáveis para uma rápida evolução da produção.

2 - DESCRIÇÃO INSTITUCIONAL E ORGANIZACIONAL

As bases para o desenvolvimento do sector das pescas em Cabo Verde, foram lançadas logo após a independência nacional em 1975, com a criação do Departamento de Pesca junto da Direcção Nacional da Industrial e Recursos Naturais – Ministério da Coordenação Económica.

Foi, efectivamente, durante os finais dos anos 70 e princípio dos anos 80 que começou a nascer uma estrutura mais ou menos organizada para a base de desenvolvimento das pescas, com a criação de várias infra-estruturas em terra, reforço e diversificação das bases de apoio à pesca industrial, numa perspectiva de dinamizar as potencialidades haliêuticas existentes e superar alguns estrangulamentos existentes e assim integrar o sector no conjunto das actividades económicas nacionais, tanto no âmbito produtivo e comercial como no âmbito social e desenvolvimento Regional.

Em 1985, o sector das pescas era tutelado por uma Secretaria de Estado das Pescas (SEP), instituição criada em 1983, junto do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas.

A SEP, fazia o controlo administrativo e dos recursos, prestava assistência técnica, apoiava material e financeiramente os operadores, tutelava directamente duas empresas públicas - a SCAPA que actuava no âmbito da comercialização de pescado e no fornecimento de artes e apetrechos de pesca e a INTERBASE que dedicava à pesca e exportação do atum, e da lagostas e prestação de serviços de frio na ilha de São Vicente. Ainda tutelava o PROMOTOR que era um serviço vocacionado ao apoio à pesca.

3 - SECTOR DA PRODUÇÃO

A exploração dos recursos haliêuticas de forma óptima está, entre outros factores, estreitamente dependentes dos meios de captura disponíveis, nomeadamente, de embarcações, domínio e aplicação de tecnologias adequadas à pesca.

3.1 Frota e Tecnologia

Em 1985, registava-se 69 embarcações de pesca industrial com comprimentos entre os 7 – 39 metros, e a maioria com tonelagem de arqueação bruta (TAB) não superior a 25 toneladas. Das embarcações registadas, 67% exerceram efectivamente a actividade pesqueira neste ano.

A frota era constituída na sua maioria por atuneiros e lagosteiros sendo uma boa parte obsoleta e com idade média bastante avançada, o que originava longos períodos de paralisação e proporcionava elevados custos de manutenção. Por outro lado, eram embarcações pouco adequadas ao tipo de pesca que praticavam e com fraca capacidade de aprovisionamento em combustível, gelo, água, com deficientes meios de segurança e comunicação, em suma com pouca autonomia (*in: Plano Nacional de Desenvolvimento, 1986 - 1990*).

As embarcações operacionais actuavam, principalmente, na região de barlavento efectuando as suas descargas na ilha de São Vicente onde o pescado era adquirido pela INTERBASE. Nas ilhas do Sal, S. Nicolau, e Boavista o pescado era adquirido principalmente pelas fábricas de conservas. Na região de sotavento, somente na ilha de Santiago registava-se descargas de unidades de pesca industrial.

Os principais engenhos utilizados eram varas e linhas com anzóis para a pesca do atum. Entretanto, neste tipo de pesca era necessário a captura da isca viva que era feita com redes de cerco. Para a pesca de lagostas, utilizavam os covos que poderiam ser mergulhados individualmente, ou em caçadas.

3.2 Capturas

As capturas efectuadas pelas unidades de pesca industrial no ano de 1985 atingiram as 2.916 toneladas de pescado. Como se pode depreender da tabela em baixo, as espécies capturadas eram os tunídeos que representavam 95.2% da produção, os pequenos pelágicos com um peso de 2.75% e as lagostas que representavam 2.05%.

Tabela nº 10 - *Composição das capturas de pesca industrial no ano de 1985*

| Ano | Tunídeos | P.Pelágigos | Demersais | Lagostas | Diversos | Total |
|------|----------|-------------|-----------|----------|----------|-------|
| 1985 | 2777 | 79 | 0 | 60 | 0 | 2916 |

Fonte: Primeiro encontro nacional de pesca responsável

Grande parte dos desembarques de pesca industrial se verificava na região de barlavento não só pelo facto de se dispor da maioria das embarcações e de locais para atracagem mais adequados à actividade pesca industrial mas também devido as facilidades de conservação e venda do pescado nas empresas INTERBASE e SALMAR com instalações nas ilhas de São Vicente e Sal respectivamente, e também pelas facilidades de realização das vendas nas fábricas de conservas nas ilhas de S. Nicolau, Sal e Boavista.

Na região de sotavento, a ilha de Santiago era a única com registos de desembarques de capturas de pesca industrial, principalmente para o abastecimento da pequena fábrica de conserva localizada na Praia, gerida pela SCAPA.

3.3 Infra-estrutura de apoio à pesca e meios de conservação

No ano de 1985, fazia-se o uso da refrigeração, pré-congelação, congelação e armazenagem, conservas enlatadas, salga e seca, estes feitos de uma forma bastante artesanal. Salienta-se ainda, que, nessa altura já existiam unidades de salga e seca mas encontravam inactivos.

O País contava com infra-estruturas de frio com condições de refrigeração, congelação, armazenagem de congelados e fábricas de gelo de apoio a frota industrial e outras instalações de refrigeração e fabrico de gelo que se destinavam a apoiar a frota pesqueira artesanal. A capacidade instalada de produção de gelo e de armazenagem frigorífica nas diversas ilhas de Cabo Verde encontra-se representada na tabela seguinte:

Tabela nº 11 – Infra-estruturas de apoio a Pesca

| Ilhas | Capacidade produção de gelo(Kg/dia) | Capacidade de armazenagem frigorífico. (m3) |
|------------|-------------------------------------|---|
| S. Antão | 350 | 40 |
| S. Vicente | 10.000 | 25.920 |
| S.Nicolau | 0 | 40 |
| Sal | 10.000 | 7.620 |
| Boa Vista | 400 | 160 |
| Maio | 600 | 68 |
| Santiago | 4.000 | 50 |
| Fogo | 1.300 | 40 |
| Brava | 1.300 | 40 |
| Total | 27.600 | 33.938 |

Fonte: Estudo de Impacto Sócio-económico dos Projectos de Pesca Artesanal

No período em apreço, existia nas ilhas de S. Vicente e do Sal duas importantes infra-estruturas de apoio à frota industrial – a Interbase e a Salmar, respectivamente, que se ocupavam da congelação e armazenagem frigorífica do pescado, produção de gelo e tratamento de lagosta viva (Salmar). Em Santiago, a capacidade instalada de produção de gelo era de 4.000 kg por dia.

Nas restantes ilhas com presença de actividade de pesca industrial, S. Nicolau e Boavista, as infra-estruturas frigoríficas resumiam-se às da fábrica Sucla e Ultra respectivamente.

3.4 Indústria Transformadora

A indústria transformadora dos produtos da pesca caracteriza-se tradicionalmente pela indústria de conservas, farinha e óleo de peixe em pequenas quantidades e salga/seca.

3.4.1 Indústria de Conservas

Em 1985, o país dispunha de seis unidades conserveiras com uma capacidade nominal global de absorção de 3.200 tons/ano e uma taxa média de utilização real a volta dos 18 % (*in: Plano Nacional de desenvolvimento 1986-1990*).

Essas unidades encontravam-se localizadas em S.Nicolau, Sal, Santiago, Boa Vista, e Maio. Das seis, apenas quatro encontravam-se em actividade regular, tendo produzido em 1985, 211 toneladas de conservas, o que gerou um valor monetário que rondou os 26.258 contos. A indústria de conservas neste período era essencialmente para laboração do atum.

3.4.2. Farinha e óleo de peixe

A indústria de farinha de peixe encontra-se intimamente ligada a quantidade de matéria-prima que era laborada nas fábricas. Trata-se de desperdícios ou seja, de sobras de peixe de operações de processamento; cabeças e vísceras das linhas de conserva fazendo com que o modo da produção fosse artesanal.

A produção total neste período foi de 106 toneladas, totalizando 3.178 contos. Essa produção era destinada a fabricação de rações e vendida ao mercado interno.

3.4.3 Salga e Seca

A salga e seca são outros métodos de conservação do pescado praticado no país, embora de uma forma bastante artesanal. Na época existia no País sete unidades de salga e seca de peixe, com capacidade de 38,5 toneladas/dia, distribuídos pelas ilhas de Santo Antão, S. Vicente, Maio, Santiago, Fogo e Brava. Inicialmente, essas unidades foram criadas com o objectivo de absorver os excedentes da pesca artesanal e destinar o produto final tanto ao mercado interno como o mercado externo.

Tais objectivos não foram alcançados, na medida em que essas unidades funcionaram aquém das suas potencialidades.

4 - SECTOR DE COMERCIALIZAÇÃO

Em 1985, o Estado tinha uma forte intervenção no processo de comercialização de pescado, tanto na vertente artesanal como na vertente industrial, tendo criado para o efeito as empresas públicas – SCAPA, INTERBASE e SALMAR.

Paralelamente, existiam os canais de distribuição feito por privados, abastecidos principalmente, pelo sector de pesca artesanal para dar resposta ao consumo final interno de pescado fresco e a distribuição de produtos de conservas feito por privados tanto para consumo interno como para exportação.

4.1 Segmentos do mercado

A organização comercial do pescado encontrava-se estruturada para fazer face a dois tipos de consumo: o consumo final das famílias e o consumo intermédio para a indústria de conservas e para exportação.

Na comercialização do pescado destinado ao consumo final, basicamente, intervinham dois tipos de agentes: os privados retalhistas que compravam directamente à produção (pescado fresco) e procediam a venda nos mercados municipais ou de porta - em - porta; o Estado através da empresa SCAPA que, mediante o estabelecimento de um preço de garantia para algumas espécies de pescado, comercializava o excedente da produção que não pudesse ser escoado por privados. Ainda a SCAPA comercializava a produção das fábricas de conservas que eram controladas pelo estado e de privados que solicitassem os seus serviços.

De salientar que o serviço comercial prestado pela SCAPA era tanto no âmbito do mercado nacional como para exportação.

Quanto ao consumo intermédio para a indústria conserveira, embora as fábricas possuíssem frota própria para o seu aprovisionamento, muitas vezes eram abastecidas pelas unidades de pesca industrial e artesanal pertencentes a terceiros, à preços contratados.

Relativamente às exportações, a INTERBASE, através da sua divisão comercial, adquiria a preços previamente acordados, a maioria do pescado proveniente da frota industrial (Frota pública e privada) que posteriormente era vendido no exterior.

Os produtos exportados eram atum fresco e congelado, lagostas vivas e conservas, ilustrados conforme a seguinte tabela.

Tabela nº12 - *Exportação dos produtos do mar em 1985*

| Produtos | Peixe Fresco ref. ou congelado | Lagosta | Conservas de peixe | Total |
|----------------|--------------------------------|---------|--------------------|---------|
| Toneladas | 2198 | 49 | 92 | 2339 |
| Valor (000ECV) | 175.021 | 31.224 | 18.956 | 225.201 |

Fonte: DGE/INE

Em 1985, as quantidades das exportações de produtos do mar, incluindo o pescado em conserva, era de 2.339 toneladas de pescado, o que em valor correspondia a cerca de 225 mil contos.

O peso das exportações de pescado no total das exportações nacionais era de 18% e 48% em quantidade e em valor, respectivamente.

4.1.1. Ambiente empresarial - Concorrência

Sendo o Estado, na época, o maior armador e distribuidor de pescado, tanto a nível nacional como nas exportações, detinha o monopólio de toda cadeia de produção e de comercialização no sector. Assim sendo, a concorrência era ínfima, ou quase inexistente. Os poucos privados no sector operavam mais a nível das capturas e a nível da produção de conservas do atum, nomeadamente, a SUCLA Lda e J. A. Nascimento. Face ao exposto, é de se concluir que o Estado detinha o monopólio tanto no sector produtivo assim como no sector da comercialização.

4.1.2 Preços

Nesta altura, coexistia dois sistemas de preços no processo de comercialização de pescado, a saber:

- Por um lado um sistema de preço livre determinado pelas leis da procura e da oferta, praticado nas transações de pescado destinado ao consumo final das famílias;
- Por outro lado o regime de preço contratado praticado nas transações de pescado destinado à exportação ou para o consumo intermédio das conserveiras.

Neste regime, o preço variava consoante o pescado era adquirido pelas fábricas de conservas ou pela INTERBASE/SALMAR. No primeiro caso, o preço médio do atum rondava os 20\$00 por quilo e segundo caso havia a seguinte tabela de preços:

Tabela nº 13 - Tabela de preços praticada pela INTERBASE/SALMAR na aquisição do pescado da frota industrial em 1985

| | Produtos | Preço/kg |
|----------|----------------------------|----------|
| Tunídeos | Albacora de mais de 10 Kg | 52\$00 |
| | Albacora de menos de 10 Kg | 45\$00 |
| | Gaiado | 30\$00 |
| | Patudo de mais de 10 Kg | 40\$00 |
| | Patudo de menos de 10 Kg | 33\$00 |
| Lagosta | De 500 a 800 grs. | 330\$00 |
| | De 800 a 1300 grs. | 500\$00 |
| | De 1300 a 1500 grs. | 400\$00 |
| | Mais de 1500 grs. | 250\$00 |

Fonte: II Plano Nacional de Desenvolvimento 1986-1990

A diferença de preços praticados pela INTERBASE/SALMAR e pelas conserveiras resulta, fundamentalmente, do facto de muitas das embarcações serem propriedades das fábricas e só lhes interessava pagar um preço calculado proporcionalmente aos custos inerentes à actividade de pesca enquanto que as empresas públicas eram obrigadas a comercializar o pescado ao preço imposto pelo Estado.

4.1.3 Emprego e formação profissional

Em 1985, no sector das pescas, o emprego abrangia os trabalhadores da administração, os ligados directamente à produção e comercialização (pescadores e vendedeiras) e os das indústrias de transformação.

De acordo com o plano nacional de desenvolvimento 1986- 1990, no ano de 1984-1985, o sector das pescas empregava 4.4% da população activa, distribuída conforme a tabela que se segue:

Tabela nº14 - Emprego no sector das pescas 1984-1985

| Ilhas | Pop. Activa | Emp.S. Artesanal | Emp. S. Industrial e administrativo | Total | % do total sobre a população activa |
|------------|-------------|------------------|-------------------------------------|-------|-------------------------------------|
| S. Antão | 13600 | 320 | - | 320 | 2.4 |
| S. Vicente | 12440 | 334 | 428 | 762 | 6.1 |
| S. Nicolau | 3700 | 158 | 45 | 203 | 5.5 |
| Sal | 2050 | 63 | 65 | 128 | 6.2 |
| Boavista | 980 | 54 | 55 | 109 | 11.1 |
| Maio | 1150 | 104 | 8 | 112 | 9.7 |
| Santiago | 45200 | 1835 | 113 | 1948 | 4.3 |
| Fogo | 10100 | 302 | 11 | 313 | 3.1 |
| Brava | 1780 | 136 | 10 | 146 | 8.2 |
| Total | 91000 | 3306 | 735 | 4041 | 4.4 |

* Refere-se a outros empregos no sector industrial e administrativos

Fonte: II Plano nacional de desenvolvimento

Dos 4.041 empregos existentes no sector das pescas, cerca de 82% encontravam-se afectos ao sector de pesca artesanal e os restantes 18% afectos ao sector de pesca industrial e a administração. De salientar que a ilha de Santo Antão era a única que não dispunha de efectivos no sector industrial e administrativo, enquanto que nas ilhas de S.Vicente, Sal e Boavista, este item representava mais de 50% dos empregos no sector de pesca.

Do ponto de vista da formação profissional, o nível de qualificação no sector constituía um grande estrangulamento para execução dos programas de desenvolvimento, tanto à nível das capturas como à nível da indústria transformadora de pescado. Esta situação, resulta não só da exígua formação profissional dos pescadores, que ao longo dos tempos adquiriam exclusivamente conhecimento informal e empírico através da experiência dos mais velhos, como também do elevado nível de analfabetismo e do baixo nível de escolarização.

5 - SECTOR DE INVESTIMENTOS E CRÉDITOS

Para implementar o dinamismo que se pretendia no sector das pescas seria necessário efectuar investimentos de forma a criar condições para o desenvolvimento harmonioso das diferentes actividades.

O processo de desenvolvimento da pesca industrial em Cabo Verde, iniciou-se na década de sessenta. Entretanto, após a independência, foram efectuados alguns investimentos públicos na construção de infra-estruturas de apoio, na aquisição de embarcações, na formação profissional etc. Não obstante, em 1985 o sector carecia de uma profunda reestruturação, considerando que existia capacidade instalada de congelação e refrigeração sub utilizadas, fábricas de conservação/transformação completamente obsoletas, funcionando em condições extremamente deficientes, embarcações obsoletas que acarretavam enormes custos de manutenção e de difícil rentabilização devido aos longos períodos de paralisação.

Neste contexto, ao longo do ano de 1985, foram feitos vários estudos e projectos de investimentos, nomeadamente, na modernização da frota, optimização da capacidade de infra-estruturas instaladas, na capacitação profissional dos operadores do sector, entre outros, que vieram a ser executadas nos anos subsequentes.

Relativamente ao crédito, nesta altura a única instituição vocacionada para prestar o serviço era o BCV (Banco de Cabo Verde) que acumulava as funções de banco central e de banco comercial. Esta instituição teve um papel importante no financiamento à pesca, principalmente, os de médio e longo prazo, para aquisição de traineiras, lagosteiras e equipamentos de pesca. Nestes tipos de créditos os beneficiários eram pequenas empresas e armadores privados.

Ainda o banco financiou operações de curta duração, nomeadamente, créditos de campanha, sendo o principal beneficiado, o sector empresarial do estado.

Em 1984, foi concedido um crédito no valor total de 146.085 contos, tendo a Interbase beneficiado de 85% do montante total, a Scapa 9% e os privados 6%.

V - EVOLUÇÃO DO SECTOR DA PESCA INDUSTRIAL DE 1985 – 2000

A evolução nacional da pesca industrial durante o período em estudo baseia-se, fundamentalmente e metodologicamente, na análise da evolução comparativa dos diferentes parâmetros dos sectores das pescas, previamente identificados com relação ao ano de 1985, convencionalmente designado por ano de referência ou de base.

1 - SECTOR DA PRODUÇÃO

1.1 Evolução da frota e da tecnologia

Em conformidade com a legislação vigente e com os critérios utilizados para recolha de dados para elaboração das estatísticas de pesca, a frota de pesca industrial cabo-verdiana é constituída por embarcações com convés fechado e motor interno.

À nível nacional a frota de pesca industrial é constituída por unidades com comprimentos a partir dos 6 metros, com idade média de 30 anos, muitas das quais obsoletas e maioritariamente pertencentes a entidades privadas. São na sua maioria atuneiros, lagosteiros e cercadores para pequenos pelágicos.

A dinâmica do sector da pesca industrial no que concerne a frota pesqueira poderá ser analisada a partir de três aspectos fundamentais:

1. Evolução do número de registos das embarcações nacionais, de 1948 à 2000, de acordo com o cadastro da frota da Direcção Geral de Marinhas e Portos, foram registadas 181 embarcações de pesca industrial. De realçar no entanto que desse número de registos, 15 foram cancelados ao longo dos anos, estando efectivamente registado no ano de 2000 um total de 167 embarcações de pesca industrial. Para o período em estudo, de 1985 à 2000 fora efectuada uma média de 10 registos por ano.

2. Evolução do esforço de pesca em número de embarcações activas, através dos dados estatísticos do INDP e conforme ilustra o gráfico abaixo indicado, constata-se uma evolução positiva do número de embarcações que efectivamente exerceram a actividade pesqueira, e a média anual no período em estudo é de cerca de 62 efectivos;

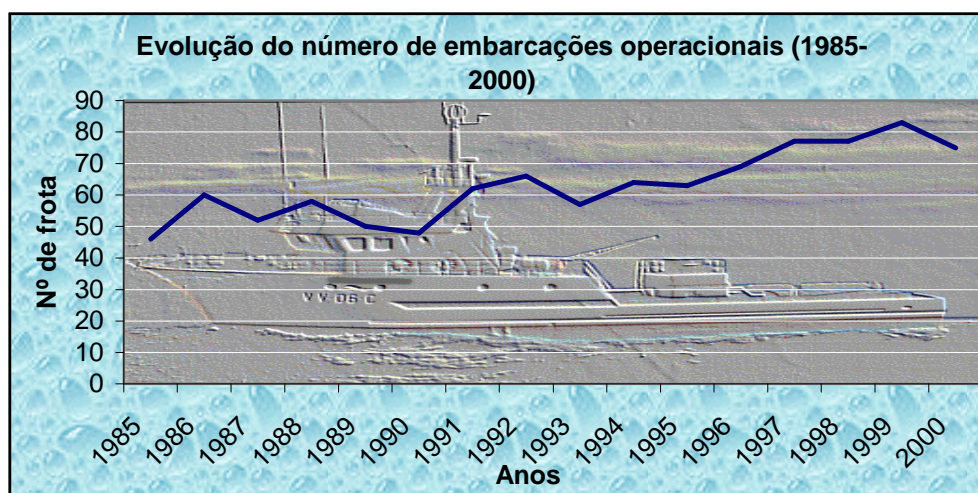


Gráfico nº 3 – *Evolução do número de embarcações operacionais de 1985-2000*

3. Pelo número de licenças atribuídas para exploração dos recursos haliêuticos, para o exercício da actividade piscatória seja por embarcações nacionais, seja por embarcações estrangeiras, nos termos dos acordos de pesca que Cabo Verde mantém baseados no princípio da reciprocidade com alguns países da União Europeia e da sub-região, é obrigatória a licença de pesca.

O número de licenças durante o período em estudo tem oscilado grandemente. Em 1998, regista-se um aumento considerável do número de licenças solicitadas resultante da renovação dos termos do acordo de pesca entre Cabo Verde e União Europeia e devido ao reforço do sistema de vigilância decorrente da implementação do projecto de fiscalização dos países da sub-região financiado pela cooperação luxemburguesa, (ver gráfico nº4).

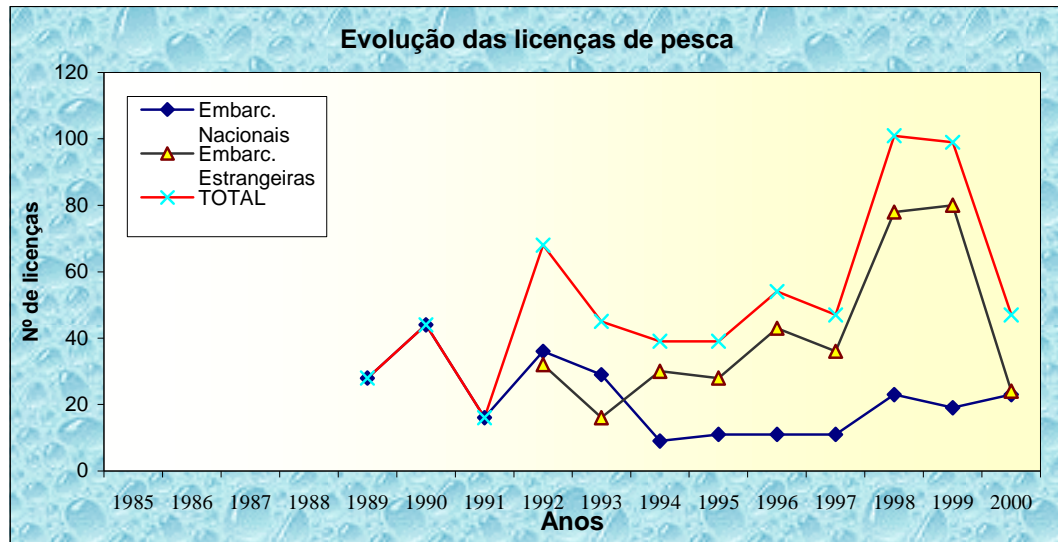


Gráfico nº4 – Evolução das licenças de pesca

Comparando o número de registos existentes, com o número de embarcações activas na pesca anualmente, verifica-se que a taxa de inoperacionalidade é relativamente elevada, atingindo uma média anual de 44% de 1985 à 2000. Situação que resulta principalmente do facto de muitas embarcações já terem ultrapassadas de longe o período de vida, avarias constantes, dificuldade financeiros para o armamento, etc.

Por outro lado, muitas vezes as embarcações nacionais operam sem ter solicitado a devida licença, justificando, assim, o grande desfasamento entre o número de embarcações operacionais e o número de licenças concedidas

1.2 Evolução das capturas da pesca industrial por grupos de espécie (1985-2000)

De 1985 à 2000 as capturas da pesca industrial oscilaram, com variações positivas e negativas. Contudo, de um modo geral e em relação ao ano de 1985, considera-se uma tendência crescente na evolução das capturas com uma taxa média de crescimento anual na ordem dos 4% (gráfico nº5). A fase de crescimento mais acentuada foi no período de 1994 à 1997, com a introdução das unidades de pesca semi-industrial de 11 metros e com o surgimento de mercados fixos para a realização da produção de pequenos pelágicos, nomeadamente, os barcos coreanos que operavam na zona norte e sul do País.

Com a perda deste mercado as capturas caíram 10% de 1997 para 1998, em 1999 houve uma ligeira recuperação na ordem dos 4%, mas logo em seguida no ano de 2000, principalmente, devido ao embargo decretado pela União Europeia registou-se uma diminuição da produção pesqueira industrial de 13%.

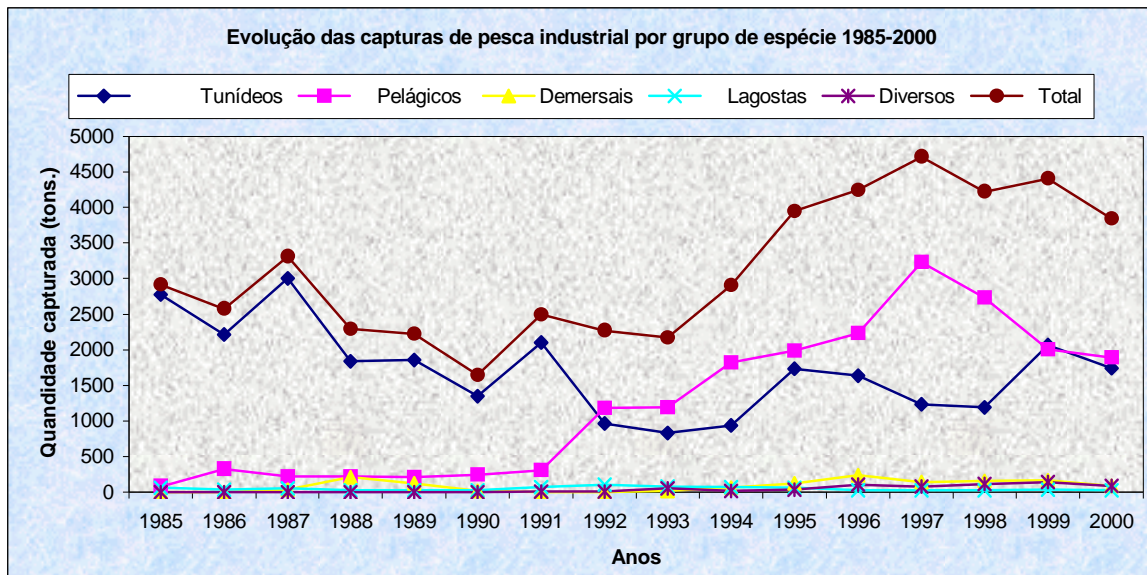


Gráfico n.º 5 – Evolução das capturas de pesca industrial por grupo (1985-2000)

Conforme ilustra o gráfico n.º 5, até 1991 os tunídeos correspondiam a mais de 50% do total dos desembarques da frota industrial seguido pelos pequenos pelágicos e demersais. As capturas de lagosta rosa variaram de ano para ano com um máximo em 1992.

Para além das capturas acima referidas, feitas por embarcações nacionais, foram efectuadas capturas por embarcações estrangeiras que normalmente não fazem descargas no território nacional.

A frota estrangeira que opera na ZEE de Cabo Verde, com base em acordos e contratos de pesca, é composta essencialmente de atuneiros, caneiros e cercadores, e palangreiros de superfície, pertencentes na sua maioria à países da União Europeia, como Portugal, Espanha e França. Desde 1997, embarcações de pesca japonesas vêm operando nas nossas águas, conforme ilustra a tabela a seguir.

Tabela nº15 - Capturas efectuadas pela frota estrangeira na Z.E.E de Cabo Verde, em Toneladas

| Países | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000* |
|-----------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
| Países da U. Europeia | 89 | 107 | 896 | 241 | 370 | 775 | 1001 | 215 | 551 |
| Japão | | | | | | 366 | 86 | 291 | 316 |
| Total | 89 | 107 | 896 | 241 | 370 | 974 | 552 | 506 | 867 |

Fonte: DGP

* Dados provisórios

1.3 Evolução da produtividade no período 1985-2000

A produtividade na pesca industrial é medida a partir de três parâmetros como sejam as capturas, o esforço por número de embarcações activas na pesca e esforço em dias de mar.

O rácio captura por unidade de esforço expresso em dias de mar, dá-nos a produtividade em dias de mar. A média anual deste indicador no período de 1985 à 2000, foi de 1 tonelada conforme ilustra o gráfico nº6, a tendência de evolução é decrescente devido à aumentos mais acentuados no esforço em dias de mar do que nas quantidades capturadas.

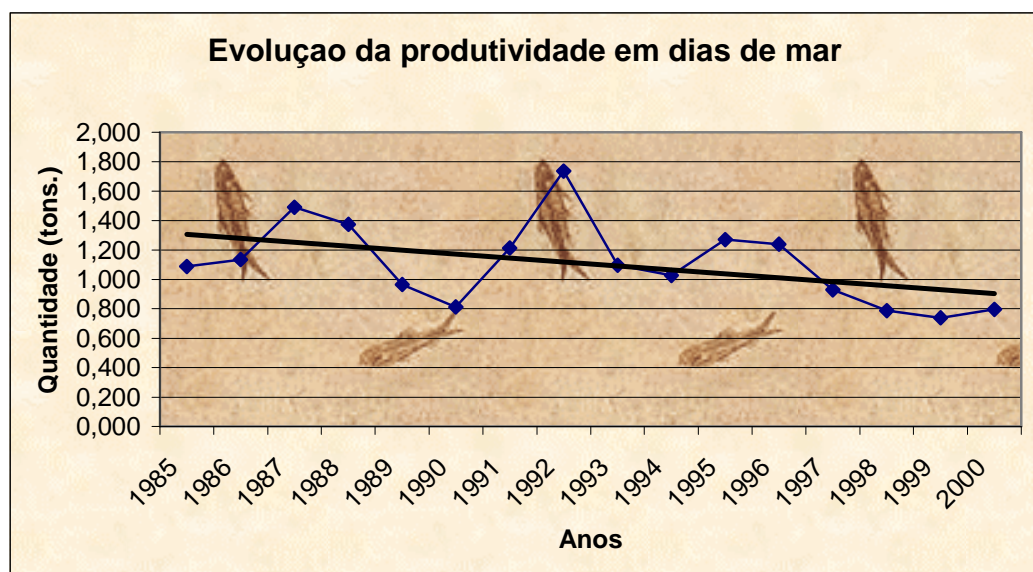


Gráfico nº 6 – Evolução da produtividade em dias de mar, 1985-2000

Quanto a produtividade por embarcação, a media anual no período 1985-2000 foi de 49 toneladas.



Gráfico nº 7 – *Evolução da produtividade da pesca industrial por embarcações, 1985-2000*

O gráfico nº7, apresenta uma tendência de evolução mais ou menos constante da produtividade por embarcação, não obstante se registar algumas oscilações, com valor máximo (63 toneladas), no ano de 1986 e mínimo (34 toneladas) no ano de 1990. Este comportamento de crescimento deriva-se do facto dos dois parâmetros, capturas e número de embarcações, evoluírem no mesmo sentido.

1.4 Industria Transformadora

Das 6 unidades de transformação de pescado existentes em 1985, no ano de 2000 apenas SUCLA de S. Nicolau e J.A. Nascimento na ilha do Sal encontravam-se em funcionamento. Entretanto actualmente, a J. A. Nascimento encontra-se paralisada e SUCLA teve que passar por algumas reestruturações que lhe permitiu continuar em função.

Na década de 1990, verificou-se alguns interesses por parte de privados nacionais e estrangeiros em investir neste tipo de indústria e surgiram novas unidades conserveiras localizadas na ilha de S. Vicente nomeadamente:

- A FISHPACKERS que entrou em funcionamento em 1995, começou com o processamento e transformação de anchovas com uma capacidade de laboração de 1.800 toneladas. A unidade por razões financeiras acabou por paralisar as suas actividades em finais de 1997 e actualmente encontra-se completamente extinta.
- A IBERMAR que é uma empresa nacional de transformação de pescado cuja actividade principal é a transformação da cavala, iniciou a sua actividade em 1999 e vinha funcionando dentro das instalações da INTERBASE em Mindelo, mas actualmente as suas actividades encontra-se suspensas.
- A FRESCOMAR Lda., com um pavilhão de 2.700m² de área, é uma empresa franca com escritório e instalações localizadas na zona industrial do Mindelo. As suas instalações foram recentemente construídas e entrou em funcionamento em Março do ano 2000. A área de transformação é de aproximadamente 1.200-1.500 m², preparada essencialmente para transformação de cavala e atum. A sua capacidade total de laboração é de 12 toneladas /dia.
- Neste momento, devido as dificuldades de escoamento dos produtos para o principal mercado que é a União Europeia, causado pelo embargo, a unidade funciona com uma capacidade reduzida, na ordem dos 20%.

Tradicionalmente, as conservarias produzem conservas de atum em óleo vegetal, azeite e/ou em salmoura (ao natural) e farinha de peixe em pequenas quantidades; na tentativa de diversificar a produção tem-se produzido pasta de atum e filetes de cavala em óleo vegetal.

As conservas são destinadas a satisfazer as necessidades do mercado interno e para exportação. A produção de farinha de peixe destina-se a satisfazer as necessidades do mercado interno, e é utilizada como complemento proteico, no fabrico de ração para a alimentação de animais.

O gráfico a seguir ilustra o comportamento de evolução da produção das conservas e derivados.

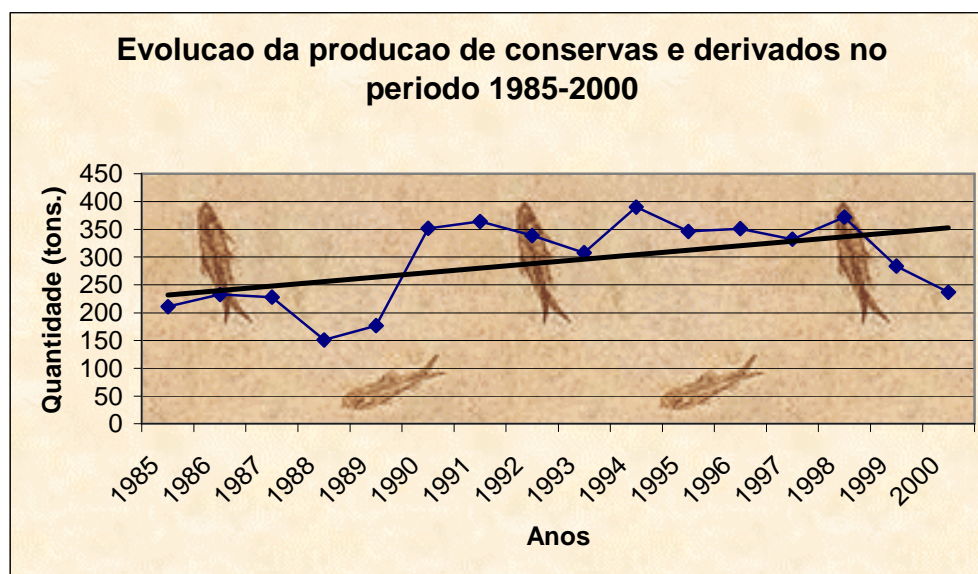


Gráfico nº 8 – *Evolução da produção de conservas e derivados de 1985-1999*

De uma forma geral, descreve-se uma tendência crescente na evolução das quantidades produzidas de conservas e derivados, apesar de se verificar algumas flutuações, registando uma quantidade de produção mínima em 1988 com 151 toneladas e máxima no ano de 1997 com 372 toneladas.

2 - INFRA-ESTRUTURAS DE APOIO À PESCA

Durante o período em estudo, com objectivo de melhorar as condições de desembarque, comercialização e conservação de pescado, foram realizados importantes investimentos para construção e remodelação de infra-estruturas de frio, infra-estruturas portuárias, infra-estruturas de construção e reparação naval, etc.

2.1 Infra-estrutura de frio

Em 1985, no domínio das infra-estruturas de frio, de apoio a pesca industrial, contava-se com a INTERBASE e SALMAR localizadas nas ilhas de S. Vicente e Sal com capacidade nominal de produção de gelo de 10.000 tons/dia cada, e com capacidade de armazenagem de 25.920 m³ e 7.620 m³, respectivamente.

Na década de 1990, foram realizados importantes investimentos no domínio das infra-estruturas, particularmente nas de frio, tendo verificado um aumento da capacidade instalada de produção diária de gelo e da capacidade de armazenagem frigorífica e de congelação.

Em 1991, com vista a tornar as instalações adequadas e polivalentes e na perspectiva de se ver aumentada a taxa de ocupação, foram introduzidas algumas modificações no entreposto frigorífico da Interbase em Mindelo, que resultaram na divisão da câmara de 1.500 ton./dia, em três de 300 ton., a colocação de dois tanques de salmoura de 24 ton./dia, instalação de congeladores de placas de 1,2 ton. e um túnel de congelação rápida de 7 ton./8 horas.

Apesar dos investimentos realizados, a Interbase tem vindo a perder grande parte da sua performance operacional e a taxa de utilização das infra-estruturas ronda os 20%. Esta situação está ligada com a perda de algumas facilidades de exportação, perda do monopólio da manutenção e comercialização da lagosta.

Ainda foram construídos os entrepostos frigoríficos da Praia e do complexo da Cova de Inglesa no Mindelo, para além de outras pequenas infra-estruturas de produção de gelo de apoio, principalmente, a pesca artesanal que foram construídas em diferentes comunidades piscatórias. Em cada um desses entrepostos encontra-se os seguintes equipamentos:

Tabela n°16 – Infra-estruturas de frio

| | | |
|-----------------|------------------------------|---------------------|
| Praia | Infra-estrutura de frio | Capacidade |
| | Fábrica de gelo | 10 tons/dia |
| | Câmaras frigoríficas a -25°C | 1280 m ³ |
| | Câmaras de refrigeração | 270 m ³ |
| | Túnel de congelação | 8 Tons/8h |
| Covo de Inglesa | Fábrica de gelo | 10 tons/dia |
| | Câmaras frigoríficas a -25°C | 300 m ³ |
| | Túnel | 6 Tons/8h |

No ano de 2000, comparativamente ao ano de 1985, verificou-se no país um significativo aumento da capacidade instalada de produção de gelo, armazenagem frigorífica e congelação.

De salientar que na ilha de Santiago, apesar de se registar um aumento da capacidade instalada de produção de gelo em mais de 300 %, não raras vezes, se depara com sérias dificuldades no abastecimento do gelo, originado não só pelo grande dinamismo da comercialização de pescado na cidade da Praia, o que leva a que muitas embarcações efectuem os desembarques e abastecimentos nesta região como também de avarias constantes na fábrica de gelo por diversas razões. Por outro lado, os serviços de congelação e de armazenagem na Praia são muito pouco utilizados pelos operadores de pesca, por razões ligadas a natureza da comercialização do pescado nesta cidade, isto é, a grande procura faz com que a quase totalidade do produto seja escoado fresco sem que se tenha de recorrer à congelação.

2.2 Infra-estrutura portuárias

Relativamente as infra-estruturas portuárias, somente as ilhas de Santiago e São Vicente dispõem de espaço apropriados para acostagem e descarga de embarcações de pesca industrial.

Em Santiago, a única infra-estrutura portuária existente para a pesca industrial é o cais da Praia. O Cais foi construído em 1992, no âmbito da cooperação com Japão, e possui uma extensão de 55 metros de comprimento, 24.5 de largura e capacidade de acostagem simultânea para 3 (três) embarcações de pesca industrial.

Também foi construído um quebra-mar de 80 m de comprimento e 19.5 de largura e um conjunto de 25 compartimentos onde os pescadores guardam os seus apetrechos de pesca.

A estrutura do cais da Praia mostrou-se insuficiente em poder dar respostas às necessidades dos operadores. Face a isto, o Governo, também com apoio da cooperação japonesa, decidiu ampliar o cais e o quebra-mar em mais 80m e espera-se que as obras deverão ser concluídas no decurso do ano de 2003.

Em São Vicente, até meados de 2001 a acostagem e o desembarque de embarcações de pesca industrial eram feitos no cais de pesca junto ao Porto Grande, pertencente a Enapor e gerido pela Interbase. Em 1999, através da cooperação japonesa iniciou a construção do cais de Cova de Inglesa que entrou em funcionamento em 2001.

Nas ilhas onde existem cais acostáveis de apoio à actividade comercial, (Sal, S. Nicolau, Porto Novo - S. Antão), os mesmos são também utilizados para a pesca.

2.3 Infra-estrutura de construção e reparação naval

Outras infra-estruturas de suma importância para o sector das pescas, são as de construção e reparação naval.

Para a pesca industrial, existe em São Vicente as instalações dos antigos estaleiros navais da ONAVE, pertencente ao Estado, e que foram completamente remodeladas entre 1992 e 1994. Actualmente o complexo é explorado por Privados (empresa LUSONAVE) mediante pagamento de uma renda. Presentemente os estaleiros possuem capacidade de albergar qualquer dos navios de pesca nacionais, possui uma oficina de construção e reparação naval em fibra de vidro e uma oficina de carpintaria.

Os estaleiros navais da CABNAVE também localizado em S. Vicente com capacidade para reparar 4 barcos por dia, dão assistência à frota pesqueira em matéria de manutenção e reparação.

Contudo, convém considerar o aparecimento na década de 1990, de algumas infra-estruturas do sector privado como a Recoref – Empresa de construção em fibra de vidro, a SEFI e- Sociedade de Eletricidade e Frio Industrial em S. Vicente, a reentrada em funcionamento dos antigos estaleiros navais de S. Martinho em Santiago, pequenas oficinas privadas onde, para além de outros trabalhos, reparam-se os motores fora de borda, entre tantos outros que têm contribuído para a evolução do sector da pesca.

3 - SECTOR COMERCIALIZAÇÃO

O produto da pesca em Cabo Verde em Cabo Verde se destina a satisfazer as necessidades de consumo no mercado nacional e para as exportações.

De uma forma geral, as capturas artesanais são consumidas na sua quase totalidade pelo mercado nacional, enquanto que as capturas da pesca industrial se destinam ao abastecimento do mercado nacional e para a exportação.

3.1 Segmentos de mercado

3.1.1 Mercado Nacional

No mercado interno, grande parte da distribuição do pescado fresco é feita por mulheres, nos mercados municipais ou de porta em porta. Actualmente, principalmente na ilha de Santiago, alguns super mercados para além da comercialização dos produtos do mar em conservas, há uma tentativa de comercializar pescado fresco e congelado.

Á nível nacional as maiores transações de pescado se verificam nos centros urbanos, isso devido a maior aglomeração populacional e o maior poder de compra. De salientar que na cidade da Praia, a oferta local não satisfaz a procura, sendo essa deficiência colmatada com a produção de localidades vizinhas da ilha de Santiago e da “importação” de outras ilhas como Brava, Maio, Boavista e S. Nicolau. Nas restantes ilhas a oferta aparentemente satisfaz a procura.

3.1.2 Mercado Externo

Relativamente ao mercado externo, existe uma estrutura mais ou menos organizada constituída por empresas localizadas nas lhas de S. Vicente, Sal e S. Nicolau que se encarregam da comercialização de pescado para o resto do mundo.

Até 1999 as exportações dos produtos da pesca eram dirigidas principalmente para os países da Europa, nomeadamente, Portugal, Espanha, Itália, França, Países Baixos e outros.

Com embargo decretado pela União Europeia registou-se uma queda acentuada nas quantidades exportadas de pescado, vendo os operadores forçados a procurarem outras alternativas de mercado até ai existentes, nomeadamente a tentativa de penetração nos mercados como os Estados Unidos da América e recentemente da África do Sul.

Os principais produtos exportados são peixe fresco e congelado, moluscos, crustáceos e conservas. Conforme ilustra os gráficos a seguir, o peixe fresco e congelado constituem o produto com maior peso nas quantidades de pescado exportado. Quanto às receitas geradas pelas exportações de pescado, até 1991 o peixe fresco e congelado constituíam a maior fatia. Nos 4 anos seguintes a lagosta dominou, entretanto a partir de 1996 o peixe fresco e congelado voltou a ter maior peso.

Gráfico nº9 - Evolução das exportações, em toneladas de 1985-2000

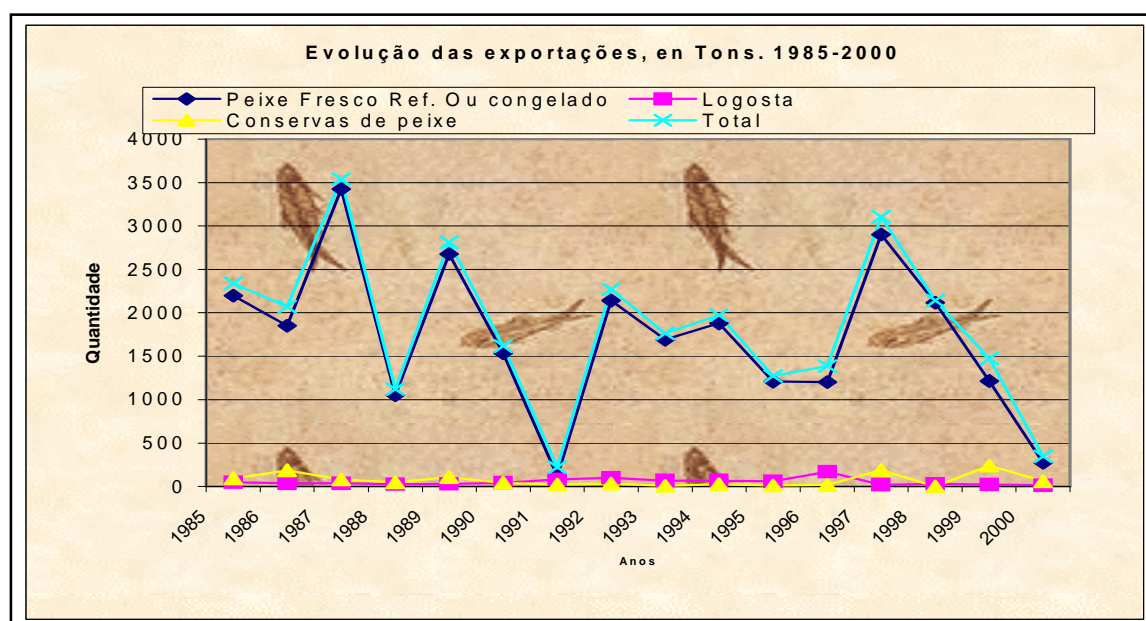
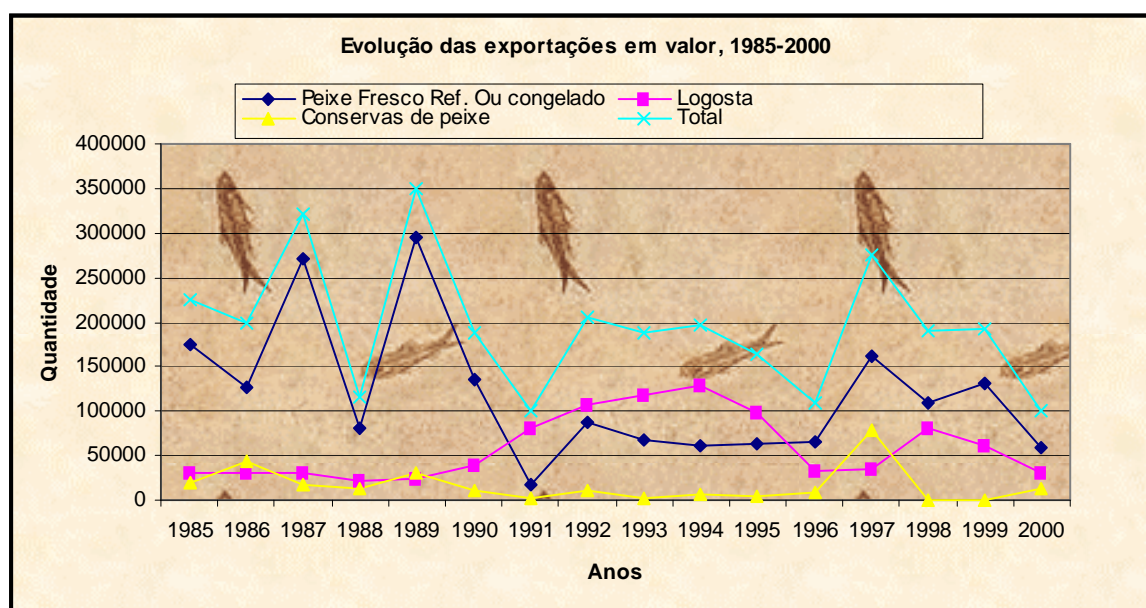


Gráfico nº10 - Evolução das exportações, em valor - de 1985-2000

Fonte: INE



No período em estudo, o sector das pescas contribui em média com 24% e 39% no total das exportações nacionais, respectivamente, em quantidade e valor.

Conforme ilustram os gráficos, e tomando o ano de 1985 como referência, constata-se uma tendência decrescente na evolução das exportações em quantidade e em valor, embora, registam-se flutuações no decorrer dos anos.

De 1989 para 1991 deparou-se com uma diminuição drástica nas quantidades exportadas do peixe fresco e congelado motivado principalmente pela perda do mercado da Argélia.

Em 1992, observou-se um incremento de 25% nas quantidades exportadas, resultante das exportações efectuadas para a Espanha que, nesse ano representou 81% do total das exportações.

Em 1994, verificou-se um ligeiro aumento das exportações, aumento este relacionado com o crescimento das exportações feitas pelas pessoas / empresas ocasionais¹ (58%).

Após contactos realizados com a DG das Alfândegas no ano de 1996, esta situação melhorou, e as exportações feitas pelos ocasionais passaram a apresentar valores inferiores quando comparados com os anos anteriores (1993 a 1995). Em 1997, houve um aumento significativo das exportações, que representou quase o dobro das exportações do ano 1995. Este ano foi caracterizado pelo o aparecimento de 6 novas empresas/pessoas singulares de pesca (por exemplo, a empresa Fishpackers que contribuiu com 26% do total das exportações); outras empresas reforçaram a sua actividade e, ainda neste mesmo ano, foi assinado um contrato com a empresa japonesa de pesca «Taito Seiko» que deu o seu contributo para o aumento das exportações. No ano de 1998 registou-se um maior número de empresas no mercado (15 empresas) dedicando-se a exportação de pescado. Não obstante, as quantidades exportadas, diminuíram em relação a 1997 em 31% e as receitas em 30%. Nos anos 1999 e 2000, continuaram a registar-se decréscimos nas exportações.

¹ Entende-se por pessoas/empresas ocasionais - as pessoas ou empresas, que não possuem um registo na Direcção Geral das Alfândegas por razões desconhecidas.

3.1.3 Consumo nacional de pescado

O peixe fresco constitui uma das principais proteínas animais consumidas em Cabo Verde. O abastecimento do mercado local é sustentado na quase totalidade pela frota artesanal, com uma participação média anual no consumo interno de 78,5%. Como já foi referido anteriormente, a produção pesqueira da pesca industrial se destina principalmente para as exportações com uma participação média no consumo interno, de apenas 19,2%, enquanto que as importações de pescado contribuíram com 2.3% no abastecimento do mercado interno.

O consumo médio *per capita* do pescado é de 15,86 Kg, com oscilações de 1987 a 1994. O maior valor regista-se em 1991 ocasionado possivelmente pela perda do mercado argelino para o atum congelado, o que terá aumentado o consumo interno. Entretanto, a partir desse ano a tendência é de aumento do nível de consumo per capita.

4 - SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE

4.1 Introdução

O desenvolvimento sócio - económico de Cabo Verde, tem criado sobretudo nos principais centros urbanos, um potencial mercado para produtos alimentares de qualidade. A evolução do turismo, da indústria hoteleira e dos serviços de restaurante, bem como o incremento de uma franja da população com algum poder de compra, cada vez mais exigente para com os produtos que adquire, exige uma melhoria do abastecimento em produtos tanto em quantidade como em qualidade, nomeadamente os da pesca.

Ao lado das preocupações de incrementar as quantidades das capturas e multifacetar a utilização desta rica fonte de proteína animal, o Governo de Cabo Verde através da Direcção Geral das Pescas e do Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas evidenciarão esforços no sentido de proteger a saúde de um consumidor informado, ganhando a sua confiança, garantindo uma posição firme nos meios comerciais internacionais, cada vez mais competitivos. Estas razões, pensamos serem mais que suficientes para continuar a desenvolver os sistemas de garantia de qualidade, tornando as exigências mais rigorosas e estandardizadas.

Neste contexto, a regulação internacional (*Códex Alimentarius*) tem jogado um papel importante no desenvolvimento de regulamentações para a implementação de sistemas de garantia de qualidade. Estes sistemas que baseiam-se nas Boas Práticas de Fabricação e nas análises organolépticas e laboratoriais para detectar anomalias susceptíveis de provocar perigos ao consumidor, tem desenvolvido auto-programas que apoiam-se em medidas preventivas para garantir a qualidade e segurança dos alimentos.

Independentemente, das varias definições encontradas para a noção qualidade, o que verdadeiramente interessa, é, conservar firme a ideia de que cada produto deve reunir expectativas junto do consumidor, devendo ser aceitável, nutricionalmente e sem riscos para a saúde pública.

O Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas e os operadores privados estão conscientes das dificuldades encontradas durante as tentativas de criar capacidades de análises laboratoriais, de organizar infra-estruturas, equipamentos e materiais, de localizar mão-de-obra especializada para garantir a qualidade e a segurança dos alimentos.

4.2 O Embargo

Em 1996 registou-se a ocorrência de graves incidentes sanitários como o caso de um lote de 430 toneladas de atum exportado para Portugal que após a realização de análises detectou-se níveis elevados de histamina (toxina), tornando-se cada vez mais evidente a necessidade de um controle eficaz sobre o pescado sob o risco de originar problemas de saúde pública.

Devido a graves incidentes ocorridos com a importação de produtos da pesca provenientes de países terceiros, a EU criou a directiva 91/493/CEE de 22/07/92 referente à regulamentação sanitária dos produtos da pesca, frisando a obrigatoriedade desta ser respeitada pelos países que desejassem exportar para os seus mercados. Tendo em vista a implementação das exigências inscritas na regulamentação europeia, Cabo Verde, assim como diversos países terceiros exportadores, beneficiou de um período derogatório (a partir de 1 de julho de 1998- resolução n° 95/408/CEE), período esse necessário para que a Autoridade Competente implementasse as condições técnico-sanitárias exigidas na directiva acima referida.

Nesta resolução foram publicadas duas lista de países, estando Cabo Verde inscrito na lista II onde constavam os países terceiros com autorização provisória de exportação para o mercado europeu.

Em 1998, realizou-se uma reunião entre os peritos da EU e os países da ACP (África, Caraíbas e Pacífico) sobre a problemática da importação de produtos da pesca, reforçando a necessidade de todos os países exportadores apresentarem seu plano de ARCPC em conformidade com as exigências da EU, caso contrário, seria vetada a autorização de importação de pescado proveniente dos países que não estivessem em conformidade.

Em Dezembro de 1999, Cabo Verde recebeu, em missão de serviço, um grupo de inspectores do FVO (Food and Veterinary Office), cuja visita visava essencialmente avaliar o sistema de controle de qualidade no sector pesqueiro. Nessa ocasião, conclui-se que Cabo Verde não se encontrava em conformidade com as exigências da EU; a Autoridade Competente não exercia efectivamente o controle sobre os estabelecimentos, e estes encontravam-se com graves deficiências por não possuírem um sistema que pudesse garantir a qualidade exigida por aquele mercado, propondo assim a retirada de Cabo Verde da lista provisória dos países terceiros autorizados a exportar.

A 14 de Fevereiro de 2000, foi oficializado o embargo aos produtos da pesca de Cabo Verde, após uma missão de auditoria dos serviços de inspecção da União Europeia ter detectado deficiências graves no processo de certificação dos produtos da pesca, bem como a organização do serviço competente.

Desde então as instituições com responsabilidades na matéria, principalmente a Autoridade Competente (Direcção Geral das Pescas) vêm envidando os esforços para que seja efectivado o levantamento do embargo imposto.

Em julho de 2002, uma Missão de Auditoria dos Serviços Veterinários da União Europeia esteve em Cabo Verde tendo deixado recomendações concretas que ao serem implementadas na totalidade, deverão permitir a entrada de Cabo Verde na lista 1 de países terceiros autorizados a exportar para os mercados da União Europeia sem qualquer restrição.

Essas recomendações traduziram essencialmente no seguinte:

1. Criação de uma Legislação mais completa em matéria de qualidade e certificação dos produtos da pesca;
2. Organização da Autoridade Competente;
3. Adaptação da indústria pesqueira à boas normas de controle da qualidade (estabelecimentos, embarcações);
4. Consolidação do Laboratório Oficial de Controlo da Qualidade

4.3 Implementação da Legislação Nacional

Registou-se a necessidade da criação de uma legislação nacional mais completa bem com a revogação de algumas já existentes como forma de melhor permitir o trabalho em matéria de controlo de qualidade e certificação dos produtos da pesca colocados no mercado nacional, exportação e importação.

Da tabela da legislação passamos a citar os seguintes:

- ✓ Decreto-lei 89/92 – estabelece as bases gerais para o controle de qualidade dos géneros alimentícios produzidos no país, importados ou exportados;
- ✓ Decreto-lei 18/98 – Define a DGP como Autoridade Competente em matéria de inspecção dos produtos da pesca;
- ✓ Decreto-Lei 8/2002 - aprova o diploma orgânico do MAP;
- ✓ Decreto-Lei 9/2002 – Define as atribuições da Autoridade Competente para a inspecção e controle sanitário e certificação dos produtos da pesca;
- ✓ Portaria 27/98 – Aprova o regulamento das normas sanitárias aplicáveis à produção e colocação no mercado dos produtos da pesca destinados ao consumo humano. Revogada pela Portaria 06/2001 de 30 de Abril.
- ✓ Portaria 06/2001 – Aprova o regulamento das normas sanitárias aplicáveis à produção e colocação no mercado dos produtos da pesca destinados ao consumo humano.
- ✓ Portaria 09/2002 – Fixa os teores máximos de certos contaminantes presentes nos produtos da pesca destinados ao consumo humano; métodos de recolha de amostras e análises para controlo oficial;

- ✓ Portaria 10/2002 – Regulamenta as condições de atribuição de autorização e licenças sanitárias a estabelecimentos de preparação e transformação dos produtos da pesca destinados ao consumo humano, às embarcações de pesca e navios fábrica, visando a comercialização no mercado interno, exportação e importação.

4.4 Organização da Autoridade Competente

A Autoridade Competente (Direcção Geral das Pescas) dispõe de um serviço central sediado na Praia e de dois serviços descentralizados nas ilhas de S. Vicente e Sal (responsáveis pela realização de inspecções e certificações dos produtos da pesca, bem como aos estabelecimentos de manipulação e/ou transformação dos produtos da pesca e embarcações) com um inspector oficial em cada uma das ilhas acima mencionadas.

Os trabalhos desenvolvidos pela AC podem ser resumidos em:

- ✓ Inspeção para a certificação dos produtos da pesca destinados ao consumo humano e direccionados ao mercado nacional ou internacional, bem como os outros produtos da pesca importados;
- ✓ A avaliação laboratorial dos produtos da pesca e do nível de higiene das instalações por meio da recolha de amostras que são enviadas rotineiramente ao Laboratório Oficial de Produtos da Pesca;
- ✓ Inspeções Sanitárias às instalações, equipamentos e funcionamentos dos estabelecimentos de manipulação e/ou transformação dos produtos da pesca, bem como às embarcações de pesca (Programa Regular de Inspeção – PRI);
- ✓ Realização de formações, sensibilização e divulgação de informações pertinentes.

4.5 Adaptação Da Industria Pesqueira

Da necessidade cada vez mais de optimizar os processos produtivos, visando uma racionalização dos meios de controlo de recursos disponíveis, como também de proporcionar garantia da qualidade, face a novas exigências e requisitos dos principais mercados internacionais, a Direcção Geral das Pescas – Autoridade

Competente em matéria de inspecção e o Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas – Instituição responsável pela promoção do desenvolvimento das pescas em Cabo Verde, vêm desenvolvendo programas que visam uma maior e melhor assistência técnica à indústria pesqueira, contribuindo assim, para a sua mais rápida adaptação às normas sanitárias exigidas.

4.6 Estabelecimentos Adaptados ou em fase de adaptação

Actualmente existem dois estabelecimentos licenciados (com licença sanitária de funcionamento) e aprovados (com nº sanitário de exportação) sendo estes a FRESCOMAR SA, sediada em Mindelo e a SALSESSIMBRA, sediada na ilha do Sal. São os estabelecimentos que cumpriram na íntegra, todas as recomendações deixadas ao longo das inspecções realizadas pela Autoridade Competente, bem como as deixadas pelas missões de auditoria dos serviços veterinários da União Europeia.

Em processo de adaptação às exigências estabelecidas pela Legislação Nacional, encontra-se a Sociedade Ultramarina de Conservas, Lda., sediada na ilha de S. Nicolau estando ainda a ser contemplada com alterações quer estruturais quer de funcionamento.

A La Tradicional – Conservas de Pescado encontra-se no início do processo de Licenciamento Sanitário, tendo já entregue à Autoridade Competente o *dossier* necessário para análise; Após análise documental iniciar-se-á o primeiro ciclo de inspecções com vista à atribuição da Autorização Sanitária.

Tendo mostrado necessário a existência de entreposto frigorífico adaptado à Legislação Nacional e considerando que a Interbase necessita de investimentos avultados com vista a sua adaptação, optou-se pela adaptação do Complexo de Pesca da Cova D'Ínglesa, cuja a situação é a seguinte:

- ✓ Obras de adaptação já terminadas e entregues;
- ✓ Aquisição de equipamentos e materiais em curso;
- ✓ *Dossier* para Licenciamento Sanitário entregue à Autoridade Competente para análise;
- ✓ Realizada a primeira formação aos manipuladores de pescado.

Após a análise documental, será realizada um ciclo de inspecções com vista à avaliação na prática da implementação de requisitos impostos pela Legislação Nacional; Considerando correctas as observações, será atribuída a Autorização Sanitária.

4.7 Estabelecimentos inadaptados ou não-harmonizados

A Interbase, a maior infra-estrutura de apoio à pesca, encontra-se até a presente data inadaptada à Legislação Nacional. Segundo as avaliações feitas por técnicos nacionais e internacionais, a Interbase necessita de investimentos avultados com vista a sua adaptação às normas sanitárias exigidas.

Construídas no início dos anos 80 as instalações da Interbase foram concebidas, exclusivamente, para armazenar pescado inteiro congelado. Em 1982, face às novas demandas do sector das pescas cabo-verdiana, as mesmas foram reestruturadas com um túnel de congelação rápida de 7 – 8 toneladas/ 8 horas, dois tanques para congelação em salmoura para 8 toneladas/10 horas cada, uma câmara de espera para recepção do pescado e uma máquina de gelo com uma capacidade de 10 toneladas/24 horas.

Em matéria de conformidade das instalações da Interbase, condições de higiene e procedimentos, esta infra-estrutura reestruturada, com gestão privada capaz, tem condições para ser o mais importante parceiro para todas as demais indústrias pesqueiras estabelecidas nas ilhas de S. Vicente, Sal e S. Nicolau. Assim, mesmo sabendo que serão precisos avultosos investimentos para a sua adequação às normas sanitárias, urge a sua harmonização visto ser a única infra-estrutura dita industrial aqui na ilha de S. Vicente e a maior do país.

O Entrepasto Frigorífico da Praia representa neste momento o mais importante pólo de abastecimento de gelo e de conservação de produtos do mar na região de sotavento. No entanto, o acesso ao gelo e às facilidades de conservação que a infra-estrutura oferece vem sendo muito difícil, devido aos constrangimentos relacionados com a manutenção dos equipamentos e ao estabelecimento da energia eléctrica e água.

O entreposto é constituído por uma fabrica de gelo com silo com uma capacidade de produção de 10 ton/24h; três câmaras frigoríficas de um total de 1.280 m³ à -25° c; três câmaras de refrigeração de um total de 270 m³; um túnel de congelação de 8 ton./24h; um tanque de salmoura para 4 toneladas e equipamentos diversos. O entreposto é gerido pela SEFI em regime de contracto temporário.

A infra-estrutura 'Bom Peixe', a ex-SALMAR, à semelhança da Interbase, tem vindo a prestar serviços à terceiros para a congelação e armazenagem frigorífica de pescado. Igualmente 'Bom Peixe' presta serviços à estabelecimentos comerciais, restaurantes e hotéis na congelação e armazenagem de produtos como a carne, legumes, frutas, entre outros.

A infra-estrutura 'Bom Peixe' possui os seguintes equipamentos:

- ✓ Um central frigorífico com a capacidade equivalente à 190 KW;
- ✓ Dois túneis de congelação com uma capacidade de 25 toneladas/dia;
- ✓ Quatro câmaras frigoríficas de temperaturas negativas (-25°C) totalizando uma capacidade de armazenagem de 1200 m³.
- ✓ Uma câmara de frio negativo com a capacidade de armazenagem 450 m³;
- ✓ Viveiros para preservação da lagosta viva;
- ✓ Um silo de armazenagem de gelo;
- ✓ Uma fábrica com a capacidade de 5 toneladas/dia.

Considerando a importância deste entreposto frigorífico para o desenvolvimento das pescas em Cabo Verde, no geral, e em particular da ilha do Sal, e para o sustento da cadeia hoteleira na ilha do Sal, recomenda-se maior celeridade no processo de adaptação do estabelecimento às normas sanitárias nacionais e internacionais.

4.8 Embarcações

A Autoridade competente iniciou em Fevereiro 2003, as inspecções às embarcações de pesca industrial com vista à atribuição, numa primeira fase, da Autorização Sanitária, documento este, pré requisito para a atribuição da licença de pesca.

A Autorização Sanitária consiste na comprovação das condições higiénicas a bordo de forma a garantir a inocuidade do pescado que chega ao consumidor, bem como o pescado que é entregue aos estabelecimentos de manipulação / transformação dos produtos da pesca. Esta fase iniciou-se com a realização de uma formação aos mestres e pescadores das embarcações que fornecem pescado às potenciais empresas exportadoras e têm-se estendido às embarcações no geral, já que têm sido realizadas formações sobre a higiene das instalações e pessoal dentro das embarcações que assim o necessitam.

Actualmente, a Autoridade Competente já se encontra na 3ª ronda de inspecções a algumas embarcações, estando às mesmas a (90%) de cumprir na íntegra as recomendações deixadas, bem como os prazos estipulados, de forma que, num universo de 20 embarcações (de 9 metros, 11 metros, 22 metros e de 26 metros), o processo de atribuição da Autorização Sanitária estará culminado nos princípios de Maio, sendo:

- ✓ Embarcações de 09 metros – Uma já está apta;
- ✓ Embarcações de 11 metros: seis estão aptas;
- ✓ Embarcações de 22 a 26 metros – seis estão aptas.

4.9 Laboratório Oficial de Controlo da Qualidade

Foi criado o Laboratório Oficial dos Produtos da Pesca – LOPP que pertence à Direcção Geral das Pescas, sendo o laboratório de referência para análises químicas e microbiológicas dos produtos da pesca bem como à água, podendo também ser utilizado pelas empresas de pesca/embarcações por meio de solicitação dos seus serviços. O LOPP está sediado no INIDA – ilha de Santiago. Há cerca de um ano encontra-se em funcionamento estando a ser colmatadas as pequenas deficiências que vão surgindo.

CAPÍTULO VI

VI - IMPACTO SOCIO-ECONÓMICO DO EMBARGO AOS PRODUTOS DA PESCA DE CABO VERDE NOS MERCADOS DA EU

Segundo os dados da Direcção Geral das Alfândegas no sector das exportações das pescas existem cerca de 43 empresas, representadas por entidades individuais ou colectivas, cuja actividade é a comercialização de produtos do mar. Os principais produtos exportados são as conservas de atum, atum fresco, refrigerado ou congelado, lagostas frescas ou congeladas, peixe fresco, refrigerado ou congelado.

Para melhor ilustrar impacto do embargo aos produtos da pesca de Cabo Verde optou-se por fazer uma análise das exportações em peso e em valor desde 1990 até 2001.

1 - DADOS DA EXPORTAÇÃO

O número de empresas que exportaram no período de 1990 a 2000 está apresentado na tabela em baixo:

Tabela n°17 – Número de empresas que exportaram de 1990-2000

| 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 |
|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| 7 | 7 | 14 | 4 | 4 | 5 | 10 | 13 | 15 | 12 | 8 |

Verifica-se, que no ano de 1992 o número de empresas duplicou: houve grande crescimento das exportações feitas pela empresa Sal Sesimbra (47% do total das exportações do 1992) e neste mesmo ano houve o aparecimento dos exportadores individuais (apesar do valor das exportação não ter sido muito significativo) e ainda, foram assinados com a Direcção Geral das Pescas dois contratos com duas empresas japonesas « Dugong Fisheries» e «Taito Seiko» de transbordo de cavala (compra de cavala às embarcações nacionais com fins de exportação).

A evolução das exportações é apresentada na tabela a seguir:

Tabela nº18 - Variação das exportações em Milhares de Escudos de Cabo Verde

| | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 |
|---------------|---------|--------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| TOTAL | 187.787 | 94.203 | 160.406 | 201.411 | 153.274 | 160.982 | 238.139 | 278.961 | 203.730 | 189.614 | 100.134 |
| % Variação | - | 50% | 70% | 25% | 24% | 5% | 48% | 15% | 37% | 8% | 89% |

Tabela nº19 - Variação das exportações em Toneladas

| | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 |
|------------|-------|-------|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| TOTAL | 1.608 | 243 | 980 | 1.733 | 1.951 | 1.289 | 2.787 | 3.115 | 2.248 | 1.236 | 344 |
| % variação | - | (85%) | 75% | 43% | 11% | (51%) | 54% | 10% | (6%) | (82%) | (72%) |

É de realçar que houve um aumento significativo das exportações em 1991, tendo como um dos motivos, a entrada no mercado de duas empresas, nomeadamente, a “Cheminex” e a “Itelcabo”.

De 1993 a 1995 o número das empresas exportadoras diminuiu consideravelmente, possivelmente devido à desistência de empresas que dedicavam à pesca e exportação da lagosta viva a partir da ilha do Sal. Os rendimentos elevados da frota lagosteira em 1992, desceram para quase a metade em 1993 e 1994. O potencial do recurso da lagosta rosa que antes se pensava ser 100 – 150 ton./ano resultou ser muito inferior, estando este entre os 50 – 70 ton./ano (potencial bio-económico). Em 1993, observou-se um aumento de 25% nas exportações resultante das exportações efectuadas para a Espanha que, nesse ano representou 81% da exportação total; é de realçar que as exportações realizadas pelas pessoas/empresas ocasionais contribuíram também com 42% do total da exportação desse ano. Em 1994 o número de empresas - exportadoras continua a ser baixo, mas, na totalidade houve um decréscimo de 24% nas exportações. Em 1995 verificou-se um ligeiro aumento das exportações. Este aumento está relacionado com o crescimento das exportações feitas pelas pessoas / empresas ocasionais (58%). Entende-se por pessoas/empresas ocasionais - as pessoas ou empresas, que não possuem um registo na Direcção Geral das Alfândegas por razões desconhecidas.

Após os contactos realizados com a DG das Alfândegas no ano de 1996, esta situação melhorou, e as exportações feitas pelos ocasionais passaram a apresentar valores inferiores quando comparados com os anos anteriores (1993 a 1995).

Em 1996 houve um aumento significativo das exportações (48%), que representa quase o dobro das exportações do ano 1995. Este ano foi caracterizado pelo o aparecimento de 6 novas empresas/pessoas singulares de pesca (por: exemplo, a empresa Fishpackers que contribuiu com 26% do total das exportações);

O ano de 1998 caracteriza-se pelo aumento do número de empresas, mas o total das exportações neste mesmo ano diminuiu em 35% por uma diminuição das exportações pelas empresas habituais.

Em 2000, registou-se uma diminuição drástica das exportações devido ao embargo a que Cabo Verde foi submetido, vetando a exportação de pescado para os mercados da EU, principal mercado importador.

O ano 2000 caracteriza-se pela diminuição de número das empresas – exportadores e pela grande decréscimo das exportações, na ordem de 89% do total das mesmas.

Pode-se dizer que, em média, exportou-se 1.594.036 kg de pescado por ano, o que deverá corresponder a uma entrada de divisas na ordem dos 178.974.549 \$00.

2 - PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO

Os principais produtos de exportação do país são atum fresco e congelado, lagostas frescas e congeladas, peixe fresco e congelado e preparados e conservas de atum.

Tabela nº20- *Evolução das exportações de principais produtos de exportação (1990-1996) (kg)*

| | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 |
|--|-----------|--------|---------|---------|-----------|---------|-----------|
| Atum fresco, refrig.ou congelado | - | - | - | 935.500 | 763.078 | 236.305 | 777.152 |
| Lagostas frescas, refrig., ou congeladas | 37.666 | 60.689 | 26.659 | 74.278 | 45.822 | 58.098 | 29.877 |
| Peixe congelado | 1.529.114 | 81.646 | 918.070 | 685.460 | 1.116.650 | 720.330 | 1.769.384 |
| Peixe fresco ou refrigerado | - | - | - | 29.922 | 1.021 | 265.197 | 58.493 |
| Peixe seco, salgado ou em salmoura | - | - | - | - | - | - | 384 |
| Preparados ou conservas de atum | 40.560 | 26.635 | 31.440 | 7.524 | 24.220 | 8.817 | 8.012 |
| Stock fish, n.e | - | - | - | - | - | - | 144.087 |

Tabela nº21 -*Evolução das exportações de principais produtos de exportação 1990-1996 ECV*

| | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 |
|--|-------------|------------|-------------|-------------|------------|------------|------------|
| atum fresco, refrig.,ou congelado | - | - | - | 47.418.399 | 32.833.097 | 11.121.595 | 45.116.719 |
| lagostas frescas, refrigeradas ou congeladas | 36.544.864 | 70.937.951 | 32.780.322 | 126.229.905 | 86.364.137 | 96.526.418 | 54.203.139 |
| peixe congelado | 139.784.283 | 14.501.049 | 117.047.633 | 14.429.200 | 27.858.471 | 29.390.371 | 53.986.053 |
| peixe fresco ou refrigerado | - | - | - | 10.807.434 | 320.151 | 20.415.007 | 18.963.041 |
| peixe seco, salgado | - | - | - | - | - | - | 148.889 |
| preparados ou conservas de atum | 11.429.760 | 8.320.718 | 9.492.954 | 2.543.965 | 5.897.817 | 3.528.783 | 3.522.825 |
| stock fish, n.e | - | - | - | - | - | - | 62.416.995 |

A partir de 1 de Janeiro de 1997 a Direcção Geral das Alfândegas introduziu o Extracto da Nova Pauta Aduaneira.

Sendo assim, tornou-se difícil agrupar os produtos por categoria. Por isso fomos obrigados criar o novo ficheiro a partir do ano 1997, altura em que os dados ficaram separados em dois ficheiros.

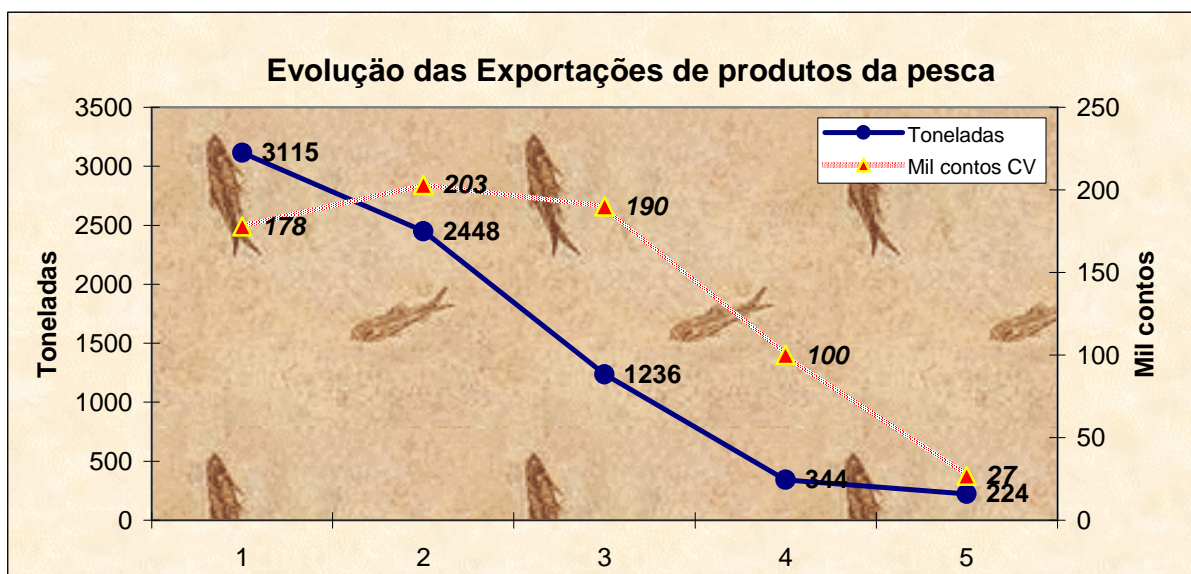
Os dados disponibilizados pelo INE (Instituto Nacional de Estatística) indiciam que as exportações em toneladas diminuíram de forma progressiva nos últimos anos. Porém é em 2001 que esta diminuição atinge a ponto mais baixo, com apenas (224 toneladas). Associado a esta diminuição está o embargo decretado pela União Europeia às exportações dos produtos da pesca de Cabo Verde em 2000.

Tabela nº22 - Exportações de produtos da pesca de 1997 a 2001)

| Ano | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 |
|---------------|------|------|------|------|------|
| Toneladas | 3115 | 2448 | 1236 | 344 | 224 |
| Mil contos CV | 178 | 203 | 190 | 100 | 27 |

Fonte: Boletim Estatístico – INDP

Gráfico nº11 - *Evolução das exportações de produtos da pesca*



Fonte: Boletim Estatístico 2001 - INDP

3- A EVOLUÇÃO DA EXPORTAÇÃO POR PAÍS

Nas tabelas e nos gráficos abaixo indicados estão apresentados os dados por país, em quantidade e valor desde ano 1990 a 2000, onde aparecem os países-importadores com as respectivas percentagens, que cada país representou no total da exportação.

4- EXPORTAÇÃO PARA PAÍSES DA UNIÃO EUROPEIA

A exportação dos produtos de pesca na sua maioria é dirigida normalmente aos países da Europa, como Portugal, Espanha, Italia, França, Países Baixos e outros. A evolução das exportações em peso e em valor por país está apresentada nas tabelas a seguir. Desses países destacam-se, com a maioria das exportações, a Espanha e Portugal.

Tabela n°23 - *Exportação para países da União Europeia, em kg*

| Países EU | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 |
|---------------|---------|---------|---------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|---------|
| Bélgica | - | 8.160 | - | - | - | 1.104.250 | 1.381 | - | - | - | - |
| Espanha | - | 15.000 | 4.777 | 1.408.757 | 1.849.228 | - | 2.515.175 | 2.377.112 | 1.532.293 | 527.059 | 151.550 |
| França | 22.188 | 2.413 | - | 4.899 | 6.415 | 44.522 | 32.741 | 49.071 | 6.341 | 7.757 | - |
| Grécia | - | - | - | - | - | - | - | - | 433 | - | - |
| Itália | 200 | 82.506 | 4.818 | 4.400 | 9.600 | - | 18.550 | - | 3.301 | 5.324 | 2.022 |
| Bélgica | - | - | - | - | 100 | 3.512 | 4.879 | 9.464 | 1.094 | - | - |
| Países Baixos | 15.793 | 48.816 | 101.712 | 28.941 | 16.620 | 18.475 | 15.440 | 22.911 | 1.341 | 12.096 | 595 |
| Portugal | 67.053 | 57.335 | 123.430 | 65.451 | 47.549 | 61.248 | 33.993 | 554.568 | 534.510 | 629.000 | 140.904 |
| Alemanha | 2.508 | 4.370 | 3.607 | 1.666 | 159 | 154 | 9.310 | 2.413 | 200 | 18.251 | 954 |
| Bélgica | - | - | - | - | - | - | - | 685 | - | - | 425 |
| Total UE | 107.742 | 218.600 | 238.344 | 1.514.114 | 1.929.671 | 1.232.161 | 2.631.469 | 3.016.224 | 2.079.513 | 1.199.487 | 296.450 |

Fonte: Direcção Geral das Pescas

Tabela nº24 - Evolução das exportações por país da União Europeia em ECV

| | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 |
|---------------|------------|------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|------------|
| Bélgica | - | 2.536.190 | - | - | - | - | 706.723 | 118.535.880 | - | - | - |
| Espanha | - | 962.588 | 5.499.012 | 60.537.802 | 58.715.497 | 45.220.424 | 119.275.090 | - | 78.576.632 | 34.222.995 | 6.930.818 |
| França | 18.099.533 | 583.594 | - | 10.497.878 | 13.244.819 | 15.853.398 | 21.871.775 | 20.787.804 | 7.043.131 | 4.449.136 | - |
| Grécia | - | - | - | - | - | - | - | - | 212.344 | - | - |
| Itália | 360.101 | 14.997.601 | 6.163.687 | 2.680.125 | 2.000.800 | - | 3.904.848 | - | - | 12.969.981 | 5.673.960 |
| Luxemburgo | - | - | - | - | 44.000 | 817.880 | 2.569.248 | 5.228.643 | 620.460 | - | - |
| Países Baixos | 4.563.714 | 21.313.977 | 26.131.955 | 9.227.940 | 3.602.088 | 5.480.609 | 3.920.396 | 11.782.022 | 464.869 | 9.292.821 | 416.101 |
| Portugal | 30.755.202 | 48.670.490 | 104.362.004 | 104.833.247 | 73.141.885 | 88.798.386 | 40.621.468 | 72.373.086 | 97.766.030 | 118.338.541 | 57.048.138 |
| Alemanha | 4.708.650 | 4.057.286 | 3.280.728 | 1.544.896 | 457.546 | 312.152 | 3.137.604 | 1.287.871 | 129.307 | 8.560.221 | 841.940 |
| Reino Unido | - | - | - | - | - | - | - | 362.531 | - | - | 341.635 |
| Total UE | 58.487.200 | 93.121.726 | 145.437.386 | 189.321.888 | 151.206.635 | 156.482.849 | 196.007.152 | 230.357.837 | 184.812.773 | 187.833.695 | 71.252.592 |

Fonte: Direcção Geral das Pescas

5 - EXPORTAÇÃO PARA PAÍSES DA ÁFRICA E RESTANTES PAÍSES

Tabela -gráfico nº25 - Exportação para países da África e restantes países em kg

| | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 |
|---------------|-----------|--------|---------|---------|--------|--------|--------|--------|---------|--------|--------|
| Países África | 1.499.653 | - | 136.150 | 214.620 | 20.000 | 20.000 | 70.000 | - | 1.535 | 10.000 | 27.329 |
| Restantes | 332 | 24.370 | 605.671 | 3.977 | 1.120 | 36.586 | 85.590 | 98.506 | 167.414 | 26.820 | 3.209 |

Fonte: Direcção Geral das Pescas

Tabela nº26 - Exportação para países da África e restantes países em milhares de ECV

| | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 |
|------------------|---------|-------|--------|-------|-------|--------|--------|--------|-------|-------|--------|
| Países África | 129.276 | - | 2.723 | 4.292 | 400 | 738 | 3.694 | - | 681 | - | 14.283 |
| Restantes Países | 54 | 1.081 | 12.246 | 7.827 | 1.667 | 2.695. | 37.651 | 48.339 | 8.948 | 1.280 | 606 |

Fonte: Direcção Geral das Pescas

Verificamos, que nos ultimos anos (presicamente no ano 2000) aumentaram as exportações para países da Africa, apesar de as exportações ainda não serem significativas.

Constata-se que os operadores nacionais procuram alternativas à exportação devido à problemática da colocação dos seus produtos para União Europeia.

Também durante o período em análise houve constante exportação para os Estados Unidos da América, exportação essa que foi crescendo de 1993 para 1997; nos dois anos seguintes 1998-1999 praticamente não exportou-se para os Estados Unidos da América e enquanto que em 2000 as exportações para esse país representavam 14% da exportação total.

A tendência actual das exportações para USA é de se continuar, não só por se constituir uma alternativa de mercado à União Europeia, mas também devido às facilidades alfandegárias criadas pelos Estados Unidos aos estados africanos subsaarianos com vista a aumentar as suas exportações. O pacote legislativo de incentivo às exportações (AGOA) constitui um instrumento inovador que deverá contribuir para a optimização das exportações dos produtos da pesca industrial de Cabo Verde.

CAPÍTULO VII

VII - SECTOR DE INVESTIMENTOS E CRÉDITOS

1 - O SECTOR EMPRESARIAL DA PESCA INDUSTRIAL

O sector empresarial das pescas está representado por entidades colectivas ou individuais, possuidoras de responsabilidade nos domínios de produção, transformação e comercialização dos produtos do mar.

O número de operadores económicos, aumentou em cerca de 60%, nos últimos cinco anos (33 das 55 empresas existentes surgiram a partir de 1991). Com efeito, a classe empresarial viu-se fortalecida com a criação de incentivos e de acções de formação nas áreas de gestão e contabilidade entre outras, promovidas para fomentar o desenvolvimento do sector.

Cerca de 40 empresas nacionais agrupadas em sociedades ou em cooperativas de pesca e, 14 empresas mistas ou francas, exercem actividades nos domínios de captura, transformação e comercialização, sendo esta a actividade mais relevante. A preferência pela comercialização prende-se ao facto da Interbase, desde 1991, ter deixado de ser a empresa detentora do monopólio das exportações dos produtos da pesca. Entretanto algumas empresas legalmente constituídas, não dispõem de infra-estruturas e capacidade financeira suficientes para se afirmarem como empresários e/ou exportadores, o que demonstra ainda uma certa fragilidade e uma reduzida competitividade do sector empresarial.

Cerca de 93% dos operadores estão concentrados nas ilhas do Sal, São Vicente e Santiago devido à existência de melhores infra-estruturas portuárias, aeroportuárias e frigoríficas de apoio à actividade pesqueira. Nas restantes ilhas, apenas em São Nicolau opera uma empresa mista (SUCLA); na Boavista opera uma empresa nacional constituída em sociedade industrial e comercial de pesca, enquanto que nas ilhas de Fogo e do Maio, as empresas existentes estão constituídas em cooperativas de pesca.

O sector empresarial foi fortalecido, com a introdução das embarcações de 11 metros que originaram o surgimento de novas cooperativas cuja actividade principal é a captura e colocação do pescado fresco no mercado.

2 - O CRÉDITO AO SECTOR DA PESCA INDUSTRIAL

O sistema de crédito no país para o sector tem como objectivo principal assegurar o suporte financeiro para a renovação e expansão do aparelho produtivo e para a intensificação das actividades das empresas. O crédito, apesar de grandes limitações, tem sido direccionado para apoiar actividades produtivas e de exportação. Assim, foram concedidos crédito a curto, médio e longo prazo para a campanha e embarcações.

De 1986 a 1993 foram disponibilizados ao sector pesqueiro créditos de médio e de longo, e créditos de curto prazo fundamentalmente para a aquisição de factores de produção, campanhas de pesca e para a exportação dos produtos da pesca.

Da carteira de créditos de médio e longo prazo concedidos pela DIV (Direcção de Investimentos) do BCV (na altura fazia vezes de banco comercial) no valor de 4.214.870 contos a financiar 1.940 projectos, o peso do sector pesqueiro na totalidade dos créditos era de 6%. Nesta altura, segundo os dados da DIV, em situação normal encontravam 47% dos créditos e os restantes 53% em situação de incumprimento.

Na região Sul o crédito à pesca, que representava 3% da totalidade dos créditos existentes naquela região, foi responsável pelo financiamento de 240 projectos de investimentos, em que 55%, encontravam no estado normal. Dos créditos em situação de incumprimento, o peso dos juros de mora era importante atingindo os 67%.

Na região Norte os créditos à pesca representavam 29% da totalidade dos créditos existentes, tendo sido financiados 96 projectos. Na altura, a situação normal representava 44% e em situação de incumprimento evidenciava um contencioso com 56%.

De 1985 a 1993 o total de créditos de curto prazo, o sector pesqueiro representava os 5%. Em situação normal encontrava 22% dos créditos concedidos e em situação de incumprimento evidenciava-se um contencioso com 88%. A existência da situação de incumprimento justificou-se devido ao marasmo e os problemas que vinham minando o sector, tais como as embarcações obsoletas com tecnologias inadaptadas, falta do isco e do gelo e problemas relacionados com a comercialização do pescado.

A INTERBASE em 1986 como empresa na área de captura e comercialização do pescado, beneficiou de empréstimos do Banco Árabe para o Desenvolvimento (BADEA) e Fundo Árabe para o Desenvolvimento (Saudi Fund) concedidos ao Estado de Cabo Verde no valor de 11.652.480\$00 e 10.872.342\$00 respectivamente, para a aquisição de novas embarcações de pesca industrial (Nova Holanda, Sul de Maio, Muncreca, Noroeste) e na reestruturação das infra-estruturas de apoio à pesca. De 1993 a 2003 foram concedidos créditos pelas instituições financeiras nacionais e internacionais ao sector produtivo (captura e transformação) e comercialização dos produtos do mar. No período em análise, o Banco Comercial do Atlântico (BCA) concedeu créditos ao sector da pesca industrial em Cabo Verde no valor 175.684.000\$00. A ilha de S. Vicente foi a que mais procurou estes créditos, tendo contratado um montante de 75.492.000\$00, correspondente a 43% do total concedido. A seguir temos a ilha de Santo Antão com 53.930.000\$00, representando 31% do total. As ilhas de Santiago, São Nicolau e Sal contrataram os montantes de 1.000.000\$00, 23.508.000\$00 e 21.754.000\$00 respectivamente.

A maior fatia destes créditos, no valor de 137.316.000\$00, correspondente a 78% do total concedido, foi empregue na aquisição de 12 embarcações de onze metros revestidos de fibra de vidro. Até a presente data, o montante de créditos em situação irregular atinge os 58.524.118\$00, entendendo-se por irregular o capital vencido e não pago. Consoante os atrasos, segundo as informações do BCA o incumprimento encontra-se estruturado no seguinte:

- ⇒ Com mais de 3 anos o montante em incumprimento é 52.401.243\$00;
- ⇒ De 1 ano a 3 anos o montante em incumprimento é 4.357.998\$00;
- ⇒ De 3 meses a 6 meses o montante em incumprimento é 1.386.542\$00;
- ⇒ Até 3 meses – 226.380\$00;
- ⇒ Inferior a 3 meses – 151.955\$00.

A ilha de S. Vicente, com o montante de crédito contratado no valor de 75.492.000\$00, tem em situação irregular 30%, correspondentes a 22.924.192\$00. Nas ilhas do Sal e Santiago os créditos à pesca industrial encontram-se totalmente vencidos. Os créditos concedidos à ilha de S. Nicolau encontram-se em situação normal de amortização.

No caso concreto das embarcações de 11 metros, segundo os armadores, a situação de incumprimento resulta, na sua maioria, dos defeitos de fabrico. Entretanto vários são os factores que terão contribuído para a situação de incumprimento, nomeadamente, a fraca capacidade de gestão dos armadores, baixo potencial de recursos haliêuticos, deficiente circuito de comercialização.

As taxas de juro aplicadas variam entre os 15% e 7%, conforme a finalidade e o prazo de reembolso. Para a aquisição dos barcos de 11 metros, os armadores tiveram a bonificação de 43%, concedida pelo Estado, passando assim de 14% para 8%.

Para além dos créditos concedidos aos armadores foram, também, concedidos créditos às indústrias de transformação de pescado no valor 125.621.584\$00 e ainda um financiamento externo de 937.064,43 EUR.

A situação de incumprimento das indústrias transformadoras prende-se com os atrasos verificados com o arranque da produção, resultante da demora da chegada dos equipamentos e mais tarde com escoamento dos produtos: dificuldades de penetração no mercado externo (devido ao embargo) e no mercado interno, devido à reduzida capacidade de absorção dos produtos.

No período em análise, a caixa económica financiou o sector da pesca industrial um montante global de 81.000.000\$00 (Oitenta e Um Milhão de Escudos) abrangendo três subsectores produtivo, comercial (apoio à tesouraria/exportação) e transformação nos montantes 30.000.000\$00 (Trinta Milhões), 40.000.000\$00 (Quarenta Milhões) e 11.000.000\$00 (Onze Milhões). Dos créditos concedidos todos encontram-se em situação de incumprimento.

3- ANÁLISE DOS INCENTIVOS

3-1. Os diferentes tipos de incentivos

Para se proceder a uma análise dos incentivos, interessa distinguir os tipos de incentivos concedidos pelas instituições com responsabilidades na matéria entre eles e o Fundo de Desenvolvimento das Pesca

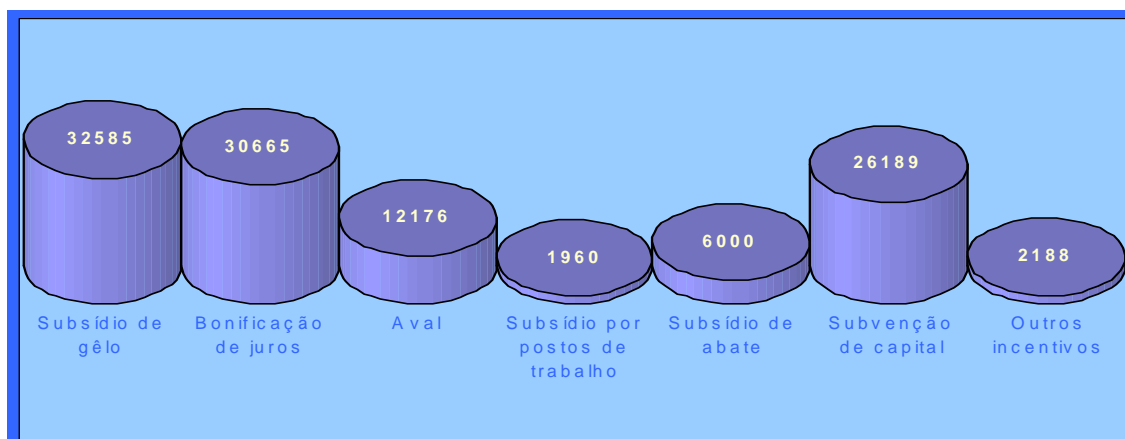
Desde a sua criação até ao momento o FDP (Fundo de Desenvolvimento Das Pescas) vem atribuindo incentivos financeiros aos operadores do sector industrial. Assim, de acordo com dados do FDP (Tabela abaixo) torna-se evidente que, a bonificação de juros, a subvenção de capital e a subvenção do preço do gelo, enquanto factor de produção para a pesca, representaram, em termos de montante financeiro, o essencial dos incentivos (80%) atribuídos ou seja cerca de 89.500 contos.

Tabela nº27 - *Distribuição quantitativa dos montantes financeiros dos incentivos atribuídos pelo FDP de 1995 a 2001.*

Distribuição quantitativa dos montantes financeiros dos incentivos atribuídos pelo FDP de 1995 a 2001.

| Tipo de incentivos | Total (contos) | % |
|---------------------------------|----------------|------------|
| Subsídio do preço do gelo | 32.585 | 29,2 |
| Bonificação de juros | 30.665 | 27,4 |
| Fianças, garantias e avales | 12.176 | 10,9 |
| Subsídio por postos de trabalho | 1.960 | 1,8 |
| Subsídio de abate | 6.000 | 5,4 |
| Subvenção de capital | 26.189 | 23,4 |
| Outros incentivos | 2.188 | 2,0 |
| TOTAL DE INCENTIVOS | 111.763 | 100 |

É oportuno registar o facto de um incentivo, atribuído no âmbito de um programa específico, ter representado cerca de 29 % dos incentivos totais, o que revela a importância estratégica das competências do Conselho de Administração expressas no artigo 6º dos Estatutos.



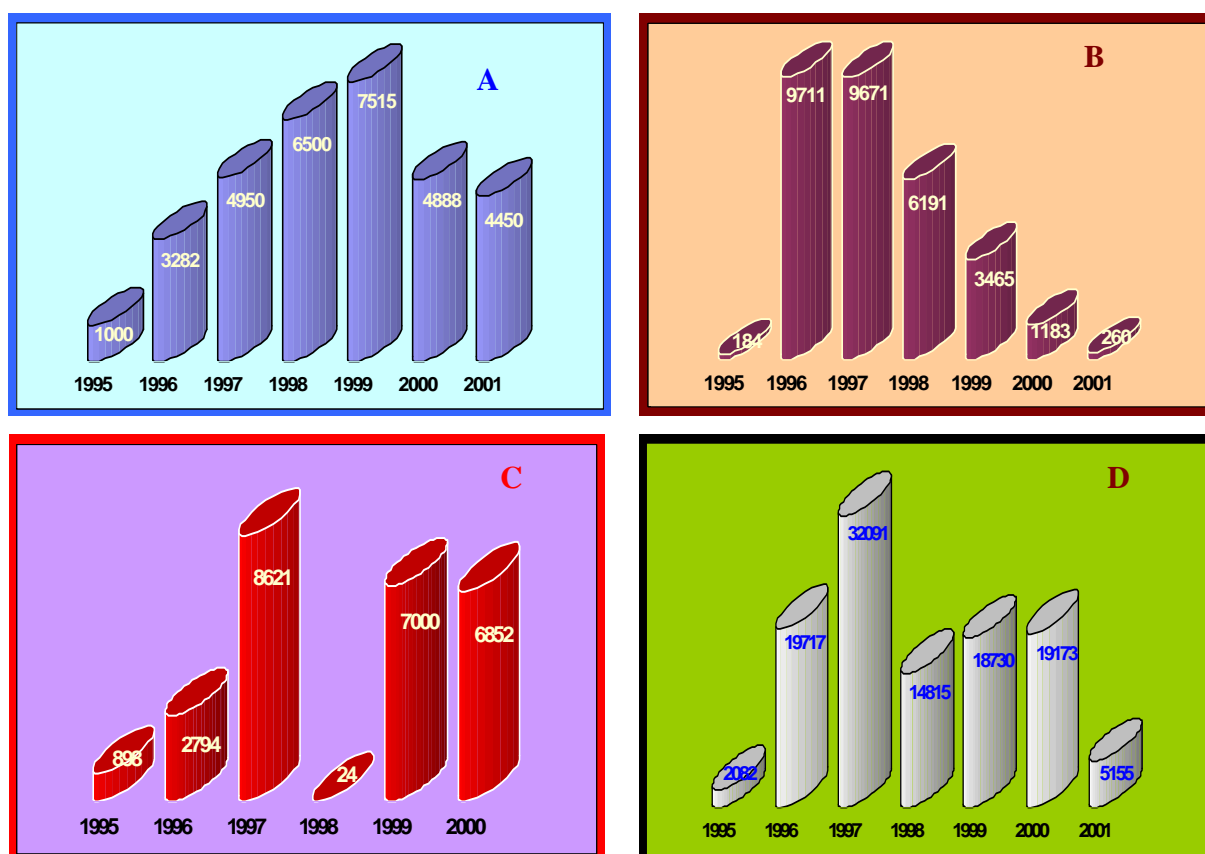
Fonte: Documento de Reavaliação do FDP

Gráfico nº12 - Representação gráfica comparada da distribuição quantitativa dos incentivos (contos) atribuídos pelo FDP, de acordo com a sua natureza.

A constatação anterior é ainda reforçada pelo surgimento de uma categoria de incentivos – outros incentivos – que, não estando prevista na lei, de forma expressa, resulta contudo, do exercício de competências previstas no citado artigo e desempenha uma importância estratégica. Basta atender-se ao facto de que, não obstante uma expressão relativamente modesta, ela foi constituída essencialmente por programas de emergência destinados ao abastecimento de gelo nos dois principais centros de pesca do país – Mindelo e Praia – em momentos de ruptura de stock na INTERBASE ou no Entrepasto Frigorífico da Praia ou então por programas de orientação estratégica do desenvolvimento das pescas como foi o caso do programa de internacionalização da pesca do atum a partir de Cabo Verde.

3-2. Variação anual dos incentivos

A importância dos incentivos pode ser ainda analisada de acordo com a sua evolução anual. Neste particular os diferentes tipos de incentivos experimentaram tendências diferentes relacionadas com causas diferentes, sendo uma delas a irregularidade no financiamento do orçamento do Fundo, aliada a dificuldades de acesso ao crédito junto das instituições financeiras.



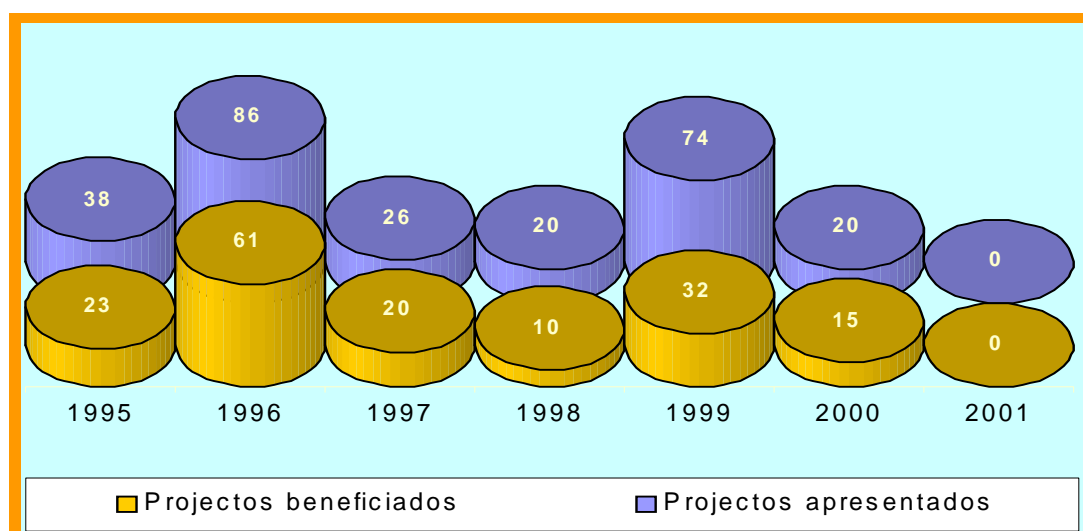
Fonte: Documento de Reavaliação do FDP

Figura nº 2 - Evolução anual dos principais incentivos concedidos pelo FDP (contos) desde 1995.

A- Subvenção do preço do gelo; B - Bonificação de juros; C - Subvenção de capital; D - Incentivos totais.

A figura nº2 revela uma irregularidade na distribuição anual dos incentivos não obstante ser possível definir uma tendência crescente até 1997 e uma outra decrescente a partir de 1998. A esta tendência geral, exceptua-se o caso da subvenção ao preço do gelo que continua a crescer até 1999, registando-se um decréscimo em seguida.

A redução anual dos incentivos atribuídos não se mostrou estar relacionada com a capacidade de resposta do Fundo, uma vez que, analisando a evolução do volume anual de projectos apresentados e beneficiados constata-se uma taxa relativamente boa de resposta, em aproximadamente 63 %.

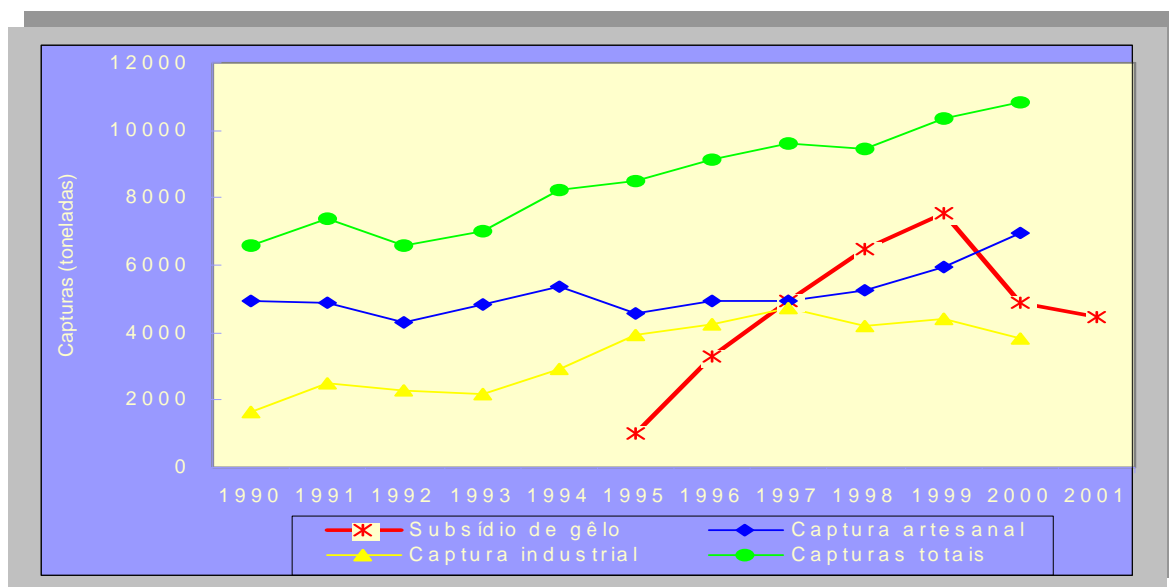


Fonte: Documento de Reavaliação do FDP

Gráfico nº13 – *Evolução anual da taxa de resposta do FDP (nº de projectos) às solicitações dos operadores artesanais, industriais e semi-industriais.*

É de interesse estudar de forma aprofundada outras causas, sendo de destacar a taxa de realização dos orçamentos e o contexto económico e financeiro em que o sector das pescas evoluiu, tendo em devida conta as dificuldades de acesso ao crédito e a capacidade mínima de auto-financiamento dos promotores dos projectos, condições essas, imprescindíveis para se ter o acesso aos benefícios previstos nos instrumentos de gestão e funcionamento do FDP.

Analisando ainda a evolução comparada da subvenção do preço do gelo com as capturas anuais regista-se que, durante o período pré-FDP as capturas totais cresceram a uma taxa média de 6.0 % ano, contra apenas 4.3 % no período pós-FDP. Uma análise quantitativa não revela qualquer relação bem definida entre a tendência evolutiva das duas variáveis.



Fonte: Documento de Reavaliação do FDP

Gráfico n.º14 - Variação anual comparada entre a subvenção do preço do gelo e as capturas. Não se regista qualquer tendência marcante entre uma e outra variável.

3-3. Distribuição geográfica dos incentivos

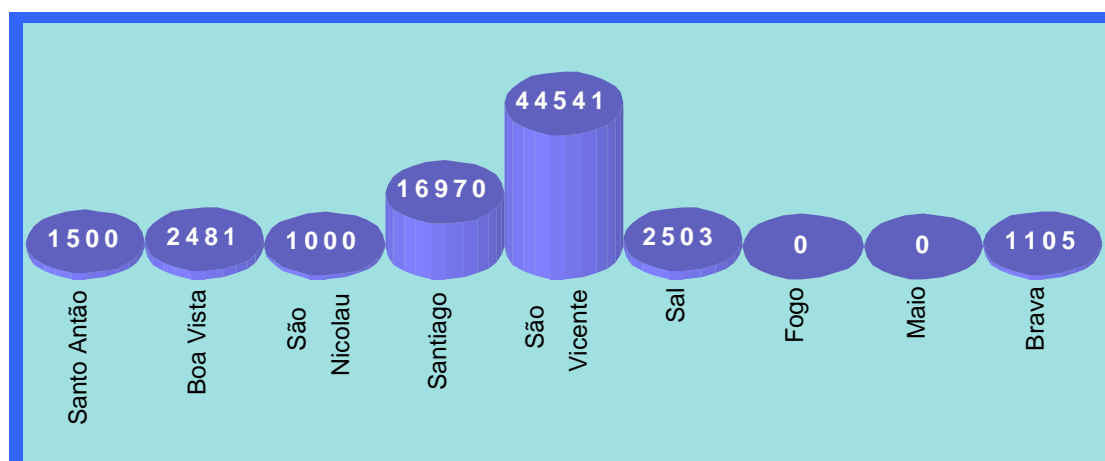
Uma análise da distribuição geográfica dos incentivos concedidos constituía, também, um dos objectos da reavaliação do FDP. Assim, de acordo com o Tabela abaixo verificou-se uma concentração dos incentivos, em termos de projectos e de montantes, na ilha de São Vicente, com cerca de 64 % do total. Seguem-se a ilha de Santiago com 24 % e um conjunto de ilhas (Santo Antão, São Nicolau, Boavista e Brava) que, globalmente, receberam apenas 12 % dos incentivos. As ilhas do Maio e do Fogo não receberam quaisquer incentivos durante o período em análise.

Tabela n.º28 - Distribuição geográfica global dos incentivos desembolsados pelo FDP durante o período em avaliação.

| | Santo Antão | Boavista | São Nicolau | Santiago | São Vicente | Sal | Fogo | Maio | Brava | Total |
|---------------------|-------------|----------|-------------|----------|-------------|------|------|------|-------|-------|
| Incentivos (contos) | 1500 | 2481 | 1000 | 16970 | 44541 | 2503 | 0 | 0 | 1105 | 70999 |
| % | 2,1 | 3,5 | 1,4 | 24,2 | 63,5 | 3,6 | 0,0 | 0,0 | 1,6 | 100,0 |

Fonte: Documento de Reavaliação do FDP

Esta distribuição pode ser justificada, por um lado, pelo peso relativo das diferentes ilhas no contexto do desenvolvimento das pescas, com especial atenção para a pesca industrial e semi-industrial, por outro o facto da direcção se do FDP estar sediada e S. Vicente e ter dado maior atenção a estes subsectores. Com efeito, é em São Vicente onde se concentra a maior actividade da frota da pesca industrial e semi-industrial, o que é notoriamente expressa nas capturas. Seguidamente, o destaque vai para Santiago, que além de concentrar mais de 50 % da frota artesanal, em resultado do desenvolvimento de uma série de infra-estruturas, passou a albergar, a partir de 1995 uma importante componente da frota semi-industrial.



Fonte: Documento de Reavaliação do FDP

Gráfico nº 15 - Distribuição geográfica global dos incentivos concedidos pelo FDP (Contos) entre 1995 e 2001.

Naquelas duas ilhas concentraram cerca de 88 % dos incentivos. A importância relativa da ilha do Sal – um outro importante pólo de desenvolvimento das pescas – aparece, de certa forma, mascarada pela proveniência dos dados de base em que, o subsídio de gelo à frota do Sal é contabilizado em São Vicente, na INTERBASE.

Por outro lado, ao compararmos o total dos incentivos, dado pelo Tabela 28 com o total dos incentivos apresentados no ponto 4.2.1, constatamos uma discrepância de aproximadamente 41 mil contos, equivalente a cerca de 36,5 % dos incentivos aprovados.

Atendendo a forma com que as informações se encontram disponíveis, a informação anterior resultou da compilação de todos os incentivos aprovados pelo Fundo, enquanto que os dados da distribuição geográfica dos incentivos resultam da compilação apenas dos incentivos, efectivamente, desembolsados.

3-4. Incentivos concedidos pelo IADE (Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial) ao sector da pesca industrial

De 1997 até 2003, 18 projectos no sector da pesca industrial concorreram aos apoios disponíveis no IADE sendo que:

- ⇒ Oito projectos para a elaboração de estudos de viabilidade;
- ⇒ Um para efeito de criação e legalização da empresa sediada em Santiago;
- ⇒ Nove para efeitos de financiamento através da bonificação de juros sendo todos pertencentes à ilha de Santiago.

O montante global disponibilizado pela IADE na concessão destes incentivos foi de 1.818.000\$00.

3-5. Incentivos concedidos pelo TESOURO

Durante o período em análise o TESOURO concedeu incentivos financeiros ao sector da pesca industrial prestando aval a projectos de investimentos nos sectores produtivos e comerciais, totalizando um montante de 237.000.000\$00 (Duzentos e Trinta e Sete milhões de Escudos).

CAPÍTULO VIII

VIII - EVOLUÇÃO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1- EMPREGO

A actividade pesqueira constitui uma importante fonte geradora de emprego se tivermos em conta os diferentes sectores envolvidos. No sector administrativo e institucional através das instituições que garantem a administração do sector (INDP, DGP, GEP, etc.), o sector produtivo (captura, transformação através das conserveiras) e o sector da comercialização representado pelas peixeiras. De salientar também os empregos gerados no processo de exportação do pescado.

Não obstante essa realidade, as estatísticas oficiais subestimam a contribuição do sector para o emprego em Cabo Verde, contabilizando apenas o número de pescadores. No ano 2000, estima-se que o sector das pescas em Cabo Verde quer a nível institucional assim como a nível dos operadores terá contribuído com mais de 9.108 empregos.

A nível nacional estimou-se que o número de pessoas ocupadas no sector em 1995 correspondia a 2,2% do total da população (Diagnóstico Sectorial, 1996) tendo decrescido para 2,1% em 2000.

O emprego no sector aumentou de 1989 a 1995 em 18% com um acréscimo de 1550 postos de trabalho em 1995 e de 607 postos em 1999.

Tabela nº29 - *Evolução do Emprego no Sector das Pescas (1989, 1995 e 2000)*

| | 1989 | 1995 | 2000 |
|-------------------------------|---------|---------|------------|
| População total | 336.610 | 385.957 | 428.227 |
| Nº de pescadores: | | | |
| Artesanais | 4258 | 5471 | 4283 |
| Industriais | 710 | 452 | 996 |
| Peixeiras | 1500 | 2100 | 3500 |
| Nº de empregados: | | | |
| Industriais e Administrativos | 453 | 445 | 166 193 |
| Total | 6921 | 8468 | 9108 |

Fonte: Direcção Geral de Estatísticas, GEP/INDP/DGP.

Em relação a pesca industrial, em particular, constata-se que não existe estatística produzida sobre o número de empregos gerados por este sector. Assim, os dados que apresentamos a seguir são resultados de uma projecção feita a partir da evolução da frota, cruzados com o que consideramos ser uma tripulação média para cada uma das embarcações de pesca industrial.

No entanto, são dados que se referem apenas a captura, ou seja, a tripulação das embarcações de pesca industrial no activo.

Tabela nº30 - *Número de pescadores que se dedicam a pesca industrial*

| Ano | N.º de pescadores |
|-------|-------------------|
| 1985 | 552 |
| 1986 | 720 |
| 1987 | 624 |
| 1988 | 696 |
| 1989 | 600 |
| 1990 | 576 |
| 1991 | 744 |
| 1992 | 792 |
| 1993 | 684 |
| 1994 | 768 |
| 1995 | 756 |
| 1996 | 828 |
| 1997 | 924 |
| 1998 | 924 |
| 1999 | 996 |
| 2000 | 900 |
| Total | 12 084 |

Fonte: Boletim Estatístico INDP

Regra geral, verifica-se uma dinâmica de crescimento no respeitante ao número de pescadores que se dedicam a pesca industrial. Essa dinâmica, nos últimos anos, justifica-se em grande parte pela introdução de novas embarcações de pesca no sector.

Como se pode verificar o sector das pescas tem apresentado como uma potencial fonte empregadora ao longo dos anos ainda que as estatísticas existentes não apresentam essa realidade.

2 - FORMAÇÃO

Os sucessivos Planos Nacionais de Desenvolvimento têm elegido a formação como um dos vectores importantes de desenvolvimento do país. O sector das pescas não tem fugido a regra e quase todos os documentos produzidos constataam a necessidade de se investir na capacitação dos quadros do sector e, sobretudo, na dos operadores, nomeadamente, pescadores, mestres, motoristas, peixeiras e outros, ou seja, aqueles que formam a primeira linha duma cadeia potenciadora de desenvolvimento das pescas.

Ao longo dos anos que reportam este relatório constatamos que tem havido centenas de acções de formação, organizadas por diferentes instituições, dentro e fora do país, muitas vezes desarticuladas e sem continuidade o que tem dificultado e muito a maximização dos investimentos feitos nesta matéria. De entre as várias instituições podemos referir: O Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas, A Direcção Geral das Pescas, o ISECMAR e ONG's como a Morabi, OMCV, Atelier Mar, para além de vários projectos que existiram ou que ainda existem.

Não obstante essa dinâmica e essa pluralidade de instituições vocacionadas para a formação no sector, tem havido falta de articulação entre as varias instituições que organizam acções de formação destinadas ao sector. Não existe um plano referência que pudesse servir de guia as diferentes instituições de formação, assim como, tem faltado uma certa continuidade nas diferentes acções levadas a cabo.

Podemos dividir em dois grupos os tipos de formação ministrados em Cabo Verde destinadas ao sector das pescas: um grupo refere-se à formação dos operadores do sector, em matérias como Tecnologia de Pescado, Tecnologia de Pesca, Manutenção e Reparação de Motores Marítimos, Segurança e Sobrevivência no Mar, Legislação Marítima, Navegação e Detecção de Pescado, Planificação.

Verificou-se igualmente uma dinâmica de formação direccionada aos técnicos das instituições ligadas a pesca, nomeadamente, Oceanografia, Controlo de Qualidade, Valorização dos Produtos da Pesca, Gestão de Infra-estruturas de Pesca, Economia de Pesca, Segurança no Mar, Técnicas de Detenção de Pescado, Informática, Línguas, etc., etc.

De salientar que, mesmo em relação as instituições de apoio a pesca, na maior parte das vezes, as formações destinadas aos seus técnicos ficam na dependência das ofertas e não de acordo com um plano de formação estratégico devidamente programado. Ainda que em algumas dessas instituições os planos existem mas não são executados ou então são deficientemente executados muitas vezes por falta de financiamento.

3 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

As bases para o desenvolvimento do sector das pescas em Cabo Verde foram lançadas três meses após a independência nacional (1975), com a criação do Departamento de Pesca junto da Direcção Nacional da Industria e Recursos Naturais – Ministério da Coordenação Económica.

As constantes evoluções institucionais e as actividades desenvolvidas ao longo destas convulsões, demonstram a necessidade que se sentia em se adaptar as políticas e estratégias institucionais do sector à realidade do País. Em 1985, as pescas era tutelada por uma Secretaria de Estado das Pescas, instituição criada em 1983, junto do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas.

O IDEPE e o INIP foram criados como órgãos de apoio da Secretaria do Estado das Pescas e do Ministério de Desenvolvimento Rural e Pescas e tinham como linhas de orientação promover o desenvolvimento das pescas e da investigação pesqueira.

Em 1992, da fusão do INIP e do IDEPE surgiu o Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas com responsabilidades pela Investigação Haliêutica e pela Promoção do Desenvolvimento.

Foi, efectivamente, durante esta época que se começaram a tomar corpo os primeiros embriões de uma estrutura mais ou menos organizada para o desenvolvimento das pescas no país.

Actualmente, a administração das pescas está inserida no Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas. O departamento orgânico responsável pelo sector das pescas é a Direcção Geral das Pescas.

Esta Direcção Geral, que tem como atribuições a concepção, a coordenação e a execução das políticas das pescas, particularmente da pesca industrial, e dos recursos marinhos, e organiza-se em duas direcções de serviços, a Direcção de Fomento e a Direcção de Assuntos Jurídicos, Qualidade e Fiscalização. A Direcção Geral apoia o membro do Governo na definição da Política Nacional das Pescas, designadamente em matéria de gestão e aproveitamento dos recursos vivos marinhos, assegura o controlo e a fiscalização da qualidade dos produtos da pesca, bem como o controlo das actividades pesqueiras do país, em particular através da emissão de licenças de pesca a embarcações nacionais, e fomenta o desenvolvimento das actividades ligadas à pesca.

A DGP conhece problemas organizacionais, materiais e de recursos humanos. Em particular exerce de forma deficiente as atribuições de inspecção que lhe são cometidas por não possuir um corpo de inspectores.

Várias instituições intervêm no controle e fiscalização. A DGP participa na elaboração de leis e regulamentos; a Direcção Geral da Marinha e Portos estabelece medidas de prevenção contra a depredação do património nacional aquático e subaquático e, através das Capitánias dos Portos, supervisiona a inscrição marítima e faz o policiamento e fiscalização das praias e zonas costeiras; a Guarda Costeira Nacional participa, regularmente, com a Direcção Geral das Pescas em acções de patrulhamento e fiscalização da ZEE.

Sob a tutela do Ministro do Ambiente, Agricultura e Pescas, encontramos ainda o Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas, com autonomia administrativa, financeira e património próprio.

O Instituto tem a sua sede na cidade do Mindelo e possui uma Direcção Regional em Santiago. Em todas as ilhas possui inquiridores / extensionistas que fazem a recolha de dados e a vulgarização.

O Instituto tem por atribuição a realização de estudos e de acções nos diversos domínios das ciências ligadas à pesca, a fim de propor recomendações destinadas a melhorar os resultados socio-económicos das pescarias.

Em 1995, o INDP passou por um processo de reforma e em 1998 foi publicada a nova orgânica, ainda em vigor. No Tabela desse diploma, foram atribuídas competências específicas ao INDP na área de investigação haliêutica, na promoção do desenvolvimento das pescas e da aquacultura. O Instituto tem conhecido dificuldades de vária ordem.

De acordo com a legislação vigente o INDP tem receitas próprias que provêm das dotações do Estado e da venda de bens e serviços, dum percentagem das taxas cobradas pela concepção do direito de exploração da Zona Económica Exclusiva. Consta-se no entanto que, apesar da situação ter vindo a melhorar, existe uma grande discrepância entre o orçamento e as realizações. Isso afecta directamente as actividades do INDP e põe em causa a sustentabilidade da instituição.

A nível da gestão de suas infra-estruturas, existem dificuldades relacionadas com a falta de cumprimento dos contratos e/ou protocolos assinados entre o INDP e as Câmaras Municipais, provocando a degradação dessas infra-estruturas e de equipamentos.

No seu trabalho de promoção de desenvolvimento do sector das pescas, constata-se que as actividades desenvolvidas não tiveram o impacto esperado, que não existe uma boa ligação entre os intervenientes do sector e a instituição, que há uma falta de coordenação entre os diversos projectos de intervenção e outras instituições.

O FDP tem como atribuições, promover o fomento e o desenvolvimento das pescas, apoiar através da concessão de incentivos a realização de projectos e empreendimentos que visem o desenvolvimento do sector e gerir o SIAI (sistema integrado de apoio ao investimento).

O FDP é administrado por um conselho de administração, presidido pelo presidente do INDP por inerência de funções. A gestão diária do FDP é confiada a um director executivo que conta com a colaboração de 2 ou 3 administrativos e não dispõe de Tabela técnica próprio apesar das complexas tarefas que lhe são atribuídas. O FDP enfrenta problemas de insuficiência de meios humanos e financeiros, o que limita o seu funcionamento normal e auto-financiamento.

Actualmente esta instituição está sendo alvo de uma revisão dos seus estatutos visando a sua consolidação.

CAPÍTULO IX

IX - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ACTUAL DA PESCA INDUSTRIAL

1 - PRODUÇÃO

Apesar dos investimentos nos últimos dez anos, do aumento da frota pesqueira industrial, da introdução de novas artes de pesca, da construção de infra-estruturas portuárias e de apoio à pesca, a produção haliêutica manteve-se relativamente estável, condicionando assim o alcance pleno dos objectivos decorrentes dos desafios identificados. Efectivamente, uma análise da evolução das capturas industriais em termos de composição específica revela que, um aumento da captura de uma determinada espécie ou grupo de espécies, é acompanhado pela diminuição da captura de uma outra espécie ou grupo de espécies, não havendo portanto aumento do total das capturas. Diferentes razões ainda não devidamente identificadas, poderão estar na origem deste facto. Algumas pescarias não estão ainda claramente conhecidas, certos potenciais de produção de espécies importantes para o sector são ainda desconhecidos, nalguns casos faltam dados biológicos de base que permitam rever a legislação. Os stocks de algumas espécies, como é o caso das lagostas, apresentam sinais de sobre-exploração em determinadas zonas, não se conhecendo no entanto o estado real de exploração.

Assim, tendo em conta os dados estatísticos de 1985 – 2001, o aumento da produção pela via do aumento das capturas, só poderá ser uma orientação estratégica, caso a pesca industrial, modalidade de pesca que se governa por uma maior autonomia no mar e domínio tecnológico, com capacidade para alcançar bancos de pesca longínquos, for orientada para perseguir novos recursos-alvo (Cefalópodes, espécies de grandes profundidades) em novos bancos de pesca utilizando engenhos alternativos (palangre de fundo, gigging).

A modernização da frota industrial por via de abate das embarcações obsoletas, deve visar não só a consolidação dos níveis de produção e de emprego, como também aumentar a eficiência da actividade, procurando reduzir os custos das operações de pesca para níveis que garantam a sua viabilidade económica e financeira.

A optimização da produção está intimamente relacionada com o bom funcionamento das conserveiras. Estas devem constituir uma fonte de absorção de uma parte das capturas, para a respectiva transformação com o conseqüente aumento do valor acrescentado, de um produto de qualidade para o mercado interno e do aumento das exportações. As conserveiras representam, ainda, uma importante fonte de emprego. Para que as conserveiras possam vencer estes desafios é indispensável que sejam dotadas de meios que lhes permitam funcionar em condições de higiene e de tecnologia adequadas, pelo que é indispensável a reabilitação/reconstrução das já existentes.

2 - COMERCIALIZAÇÃO

O pescado constitui uma das fontes de proteína animal mais importantes na dieta alimentar em Cabo Verde. O mercado nacional é fundamentalmente abastecido por peixe fresco. A conserva nacional, sobretudo de atum, é também vendida no país. O volume de pescado salgado ou congelado comercializado no mercado nacional é insignificante.

Em Cabo Verde, o mercado interno dos produtos da pesca representa anualmente, 6.000 toneladas e 1.200 milhões ECV aproximadamente, dos quais a maior parte cabe ao peixe fresco.

A quase totalidade das capturas da pesca industrial é destinada à exportação e ao abastecimento das conserveiras nacionais. Da produção de conservas, a maior parte é destinada ao mercado nacional e o restante à exportação, sendo as comunidades cabo-verdianas radicadas no estrangeiro os principais mercados visados.

O abastecimento do mercado em pescado é bastante desigual, fazendo com que os níveis de consumo nas diferentes ilhas assim como os preços sejam extremamente heterogéneos. Essas diferenças devem-se sobretudo aos valores dos desembarques, ao poder de compra das populações, à pequena capacidade económica, financeira e de organização dos pequenos produtores e das vendedeiras, à orografia extremamente acidentada dalgumas ilhas, ao diferente desenvolvimento das infra-estruturas, meios de comunicação, vias de acesso, etc.

Para as quatro categorias de produtos que Cabo Verde exporta (o atum, a cavala, a lagosta e os demersais), são os mercados europeus os visados prioritariamente, sendo os mercados de Portugal, França, Espanha e Itália considerados de maior peso.

A exportação de pescado é afectada por constrangimentos de vária ordem, sobretudo ligado à qualidade e a regularidade exigidas pelos principais mercados.

Os constrangimentos da comercialização do pescado em Cabo Verde são um obstáculo para o desenvolvimento do sector da pesca, para a elevação dos níveis de consumo de peixe e para a optimização das exportações.

Face as novas exigências dos principais mercados dos produtos da pesca nomeadamente, União Europeia, USA, Canada e Japão, referente a qualidade desses produtos oriundos de países terceiros, e tendo em conta a situação dos produtores/exportadores cabo-verdianos nesta matéria, urge a necessidade da implementação do auto-controlo a nível das nossas industrias e empresas exportadoras.

Tendo em conta a dimensão do país e as potencialidades de pesca, não se poderá nunca pensar em grandes produções, pelo que o desafio será a garantia da qualidade de acordo com as normas nacionais e internacionais dos produtos, para o mercado interno e para a exportação. Este processo contempla a revisão da legislação e a definição de normas de qualidade e certificação dos produtos do mar e sua aplicação, a implementação de acções de formação a vários níveis, a adequação e o apetrechamento de laboratórios, a fiscalização da actividade e a inspecção dos produtos.

3 - INFRA-ESTRUTURAS

A conservação, o manuseamento e o tratamento do pescado em vários pontos do país realiza-se em condições impróprias, produto de carências existentes nos próprios locais de descarga e o deficiente funcionamento/insuficiência de estruturas de frio para a conservação do pescado e de carências a nível das próprias embarcações de pesca, insuficiência de caixas isotérmica e de gelo.

Cabo Verde, apesar de possuir já um número bastante significativo de infra-estruturas, nomeadamente, as industriais, muitas delas funciona de maneira deficitária, devido em particular a problemas de gestão.

Existem infra-estruturas portuárias e de frio, com instalações de refrigeração e congelação e fábricas de gelo, nas ilhas de S. Vicente, Sal e Santiago. Verificou-se um aumento da capacidade de produção diária de gelo de 96% entre 1989 e 2001, e um aumento de 13,95% da capacidade de armazenagem frigorífica no mesmo período, não traduzindo estes aumentos numa melhoria da prestação de serviços.

A reparação naval de embarcações de pesca industrial é assegurada pelos estaleiros da CABNAVE. A ONAVE, LUSONAVE, SABRINA, BELCABO e RECOREF asseguram também a reparação e manutenção das embarcações a fibra de vidro. A maioria destas infra-estruturas passam situações financeiras difíceis e caso se não forem implementadas medidas que visam a sua saúde financeira, poderão comprometer a boa manutenção das embarcações industriais.

4 - CRÉDITO

A promoção do desenvolvimento de qualquer actividade económica, caso da pesca industrial, é sempre feita, de uma forma cuidada, criando as condições favoráveis à atracção de investimentos através de uma política de incentivos e de crédito projectada em função dos indicadores que se pretende alcançar, sem ignorar a especificidade do sector alvo.

Para isso, é imprescindível que se conheça bem o sector, neste caso específico a pesca industrial, principalmente nos aspectos relacionados com as potencialidades de investimentos e os recursos gerados para o efeito. Neste sentido devemos antes de mais tentar dissecar e compreender as causas do insucesso na recuperação dos créditos atribuídos ao sector e projectar, em consequência, as medidas práticas e realistas tendentes à resolução desse grande obstáculo do desenvolvimento do sector da pesca industrial em particular. Se é verdade que, por um lado, para o sector das pescas sempre foi disponibilizado recursos financeiros para as operações de crédito, não deixa de ser menos verdade que o insucesso e a inviabilidade dos sistemas de linhas de crédito até hoje disponibilizados têm a ver, indubitavelmente, com a própria organização desajustada destes à ambiência e à estrutura específica do sector.

Após alguma reflexão baseada numa conjuntura histórica específica e complexa do sector da pesca industrial em particular sob o ponto de vista financiamento das instituições formais e ainda o papel das instituições financeiras na gestão de linhas de crédito colocadas à sua disposição, devia-se pensar no sentido que esta tarefa seja confiada a um fundo especializado de gestão do crédito.

Este fundo teria a missão de gerir as linhas de crédito, auto-financiando-se com as comissões a serem cobradas, para além de outras. O FDP poderia ser reestruturado e dotado de meios técnicos e humanos que lhe permitam cumprir com eficiência e eficácia essas funções. Assim, esta instituição poderia, perfeitamente, levar a cabo essas actividades de acompanhamento do empréstimo e de reembolso da dívida. Com isso, atribuir-se-lhe-ia uma nova dinâmica e reduzia-se, grandemente, a sua dependência financeira do estado.

5 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Constatando-se a insuficiente organização dos profissionais da pesca e as dificuldades daí advenientes, urge promover um vasto programa de desenvolvimento da pesca em coordenação e parceria com organizações não governamentais e municípios que vise, entre outras, a organização das classes profissionais com o conseqüente aumento da capacidade de participação nos órgãos de gestão, a constituição de empresas com operadores da região. Os desenvolvimentos positivos conseguidos a nível da formação no sector são inegáveis, mas revelam-se insuficientes. Não tem funcionado uma força susceptível de actuar como elemento catalisador do desenvolvimento, apesar dos investimentos feitos em termos de formação e de infraestruturização do sector. Torna-se necessária uma avaliação dos diferentes níveis de formação realizados, das capacidades existentes e das necessidades com vista a um desenvolvimento integrado. Outrossim, é necessário que seja feita uma avaliação do estado actual da formação profissional no sector, e que se estabeleça uma política clara sobre o assunto e uma articulação entre os diversos intervenientes.

6 - CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL

As atribuições das instituições tuteladas pelo Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas encontram-se definidas na Orgânica do Ministério. Com base nestas atribuições, cada instituição deve estar dotada de uma capacidade de gestão que inclua os recursos humanos e materiais necessários para a elaboração e execução de planos de actividade com objectivos claros, metas definidas, tarefas distribuídas incluindo as do acompanhamento e avaliação das actividades. É necessário que seja feito um diagnóstico desta situação com vista ao reforço das capacidades, se estabeleça uma contínua adequação das instituições às exigências do sector das pescas em geral, e da pesca industrial em particular (sensibilização, formação e capacitação dos recursos humanos, etc.) e se promova uma maior integração regional e internacional nos diversos domínios do sector - formação, investigação, intercâmbios empresariais, troca de informação, assistência técnica.

X - RECOMENDAÇÕES

Face à análise crítica da actual situação da pesca industrial em Cabo Verde e tendo em atenção a evolução do sector de 1985 a 2001, recomenda-se o seguinte:

1. É importante que se faça a modernização da frota existente que se encontra praticamente obsoleta. No entanto, essa modernização só trará resultados benéficos se ela se fizer por substituição e não por acréscimo. Tal estratégia irá no sentido de trazer maior produtividade e competitividade no sector, para além de se tratar de uma medida de optimização dos recursos haliêuticos existentes na ZEE de Cabo Verde, e ainda, irá proporcionar uma melhor segurança no mar aos marítimos.
2. A optimização da produção industrial está intimamente ligada ao sector da conserveira, tratando de uma actividade complementar e que potencialmente contribuirá para um aumento do valor acrescentado e do número de empregos no sector. Para que tal aconteça, deverão ser concebidas e implementadas políticas claras que visam a modernização das conserveiras existentes do ponto de vista de melhoria da qualidade segundo os padrões nacionais e internacionais de higiene e de tecnologias adequadas;
3. A comercialização do pescado em Cabo Verde constitui um dos principais entraves ao desenvolvimento sector das pescas, a par dos escassos recursos haliêuticos de valor comercial existentes na ZEE de Cabo Verde. Urge a implementação de medidas que visam uma melhor estruturação de sistema de comercialização de pescado, nomeadamente a implementação do sistema lotas, mesmo que à partida este venha ser experimental. A adequação de todas as infra-estruturas de comercialização ao Sistema Nacional de Controlo de Qualidade deverá ser um imperativo na reorganização sector da comercialização. Paralelamente, dever-se-á estabelecer um programa de formação contínua aos agentes de comercialização visando uma maior capacitação e assunção de critérios tanto de gestão assim como da qualidade e higiene. A implementação destas medidas deverá ser acompanhada de mecanismos de acesso a créditos dirigidos especificamente à comercialização.

4. Tendo em conta o número existente e o estado actual das infra-estruturas de apoio à pesca industrial, recomenda-se uma profunda reestruturação destas a vários níveis nomeadamente a nível da gestão, da adequação às normas de controlo de qualidade e da manutenção. A privatização da gestão das infra-estruturas no sector industrial poderá constituir uma importante medida que visará uma melhor eficiência e eficácia na prestação de serviços aos operadores económicos.
5. A situação do crédito ao sector das pescas e particularmente ao sector industrial demonstra a incapacidade das entidades e instituições financeiras tanto no resolver os problemas existentes, assim como, na adequação à especificidade do sector. Neste sentido, devia-se pensar na criação de um fundo especializado de gestão de crédito dirigido ao sector, dotado de meios humanos e financeiros que lhe permitiria gerir as linhas de crédito existentes, e auto-financiando-se com as cobranças das comissões. Para além disso, esta instituição far-se-ia o acompanhamento dos empréstimos e do reembolso das dívidas. A promoção de outras formas de financiamento nomeadamente através da criação de mutualidades poderá, também, constituir uma outra alternativa no processo de financiamento no sector.
6. A formação profissional deverá ser vista como um dos pilares de desenvolvimento do sector. Urge a implementação de um programa de formação profissional no sector, e este deverá traduzir-se em planos de formação contínua demonstrando-se uma vontade política de inovação.
7. É necessário que as instituições estejam à altura dos desafios de desenvolvimento que se incrementar no sector. A adequação das instituições às exigências do sector, uma melhor coordenação e comunicação entre elas e com os operadores, constituirão elementos de eficiência e eficácia do desempenho do sector.
8. Finalmente, propõe-se a criação de uma Sociedade de Desenvolvimento das Pescas, que poderá imprimir uma nova dinâmica empresarial e organizacional contribuindo assim numa melhoria da produtividade e competitividade no sector.

ANEXOS